

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Leticia Sepini Batista Leite

A PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM
NITERÓI - O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA CODIM
COMO OBJETO DE ESTUDO

UNIVERSIDADE
FEDERAL



Niterói/RJ

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS – MODALIDADE MINTER

**A PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM NITERÓI – O
PROCESSO DE CRIAÇÃO DA CODIM COMO OBJETO DE ESTUDO**

Letícia Sepini Batista Leite

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau Mestre em Política Social.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas

Niterói – RJ

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

L533 Leite, Letícia Sepini Batista.

A proteção à mulher vítima de violência em Niterói - O processo de criação da CODIM como objeto de estudo / Letícia Sepini Batista Leite. – 2012.

72 f.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

Bibliografia: f. 68-69.

1. Crime contra a mulher. 2. Violência contra a mulher. 3. Política social. 4. Niterói (RJ). I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 305.4

LETICIA SEPINI BATISTA LEITE

**A PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM NITERÓI – O
PROCESSO DE CRIAÇÃO DA CODIM COMO OBJETO DE ESTUDO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau Mestre em Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Andreia Clapp Salvador
Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Nivia Barros
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2012

*À minha mãe, Adelaide; às
minhas filhas, Nathany e
Larah; à minha tia Zélia.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que foi a inspiração desse trabalho.

À minha tia Zélia, pelo apoio incondicional aos meus estudos e à minha carreira.

Às minhas filhas, Nathany e Larah, pela paciência inesgotável durante os últimos dois anos.

Aos meus irmãos, Neto e Deborah, pelo incentivo e pela ajuda quando necessário.

À Professora (e amiga) Rita Freitas, orientadora deste trabalho, pela amizade, pelo carinho, pela competência, pela sabedoria e pela compreensão nos momentos mais difíceis da realização deste trabalho.

À CAPES, fundamental para que o MINTER acontecesse.

À Direção Geral e à Pedagógica do *Campus* Machado, sempre prontas em atender nossas solicitações.

À Coordenação do Curso de Mestrado, pela presteza, compreensão e agilidade na resolução de nossos questionamentos.

Aos professores do Curso de Mestrado, pelas informações fornecidas, que possibilitaram a realização deste trabalho.

Às coordenadoras do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, que se tornaram minhas amigas queridas, a Professora Rita de Cássia Santos Freitas, a Professora Nivia Barros, a Professora Cenira Duarte Braga, pelo acolhimento afetuoso.

A todas as entrevistadas, pela prontidão e pela simpatia com que nos receberam.

Às Professoras Cenira e Nivia, pela amizade, pelo acompanhamento, pelas caronas – sempre tão bem-vindas - pelo interesse, sugestões e empréstimo de material.

À Luzia, à Ângela e à Raquel, pela agilidade nas respostas às nossas solicitações e, principalmente pelos sorrisos carinhosos sempre.

Às “meninas” no Núcleo de Pesquisa, pela ajuda, incentivo, acolhida e amizade que sempre demonstraram.

A todos os colegas do MINTER, pelo companheirismo, pelas brincadeiras, pela amizade, que tornaram essa jornada mais leve e prazerosa.

A todas as pessoas amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação.

Ao Marcos, que esteve presente - ainda que ausente - sempre com palavras de incentivo e carinho, nos momentos finais deste trabalho.

Às professoras da banca final, que atenderam à minha solicitação para a participação desta.

*“Todas as mágoas são suportáveis
quando fazemos delas uma história
ou contamos uma história a seu respeito.”*

Isak Dinesen, citado por Hannah Arendt
em *A Condição Humana*

RESUMO

Este estudo trata do processo de criação da Coordenação dos Direitos da Mulher (CODIM) em Niterói/RJ, buscando registrar a história recente que se desdobrou e desdobra na política de proteção à mulher vítima de violência nos dias atuais. A pesquisa recorre à fonte oral, ou seja, à memória das personagens representativas do movimento feminista de Niterói e do processo de criação da CODIM, no início da década de 2000. Buscamos registrar as diversas experiências tecidas a todo momento nos encontros e desencontros vividos pelas mulheres envolvidas com essa questão na cidade. Este estudo pode subsidiar análises e avaliações da política de proteção à mulher, que se entrelaça às articulações dos movimentos feministas e entidades da sociedade civil. Logo, ao pensar o contexto municipal, este figura como representativo do cenário nacional em um importante momento histórico. A CODIM, oriunda de demanda das mulheres niteroienses, deve ser vista como uma instituição que não pode caminhar isolada, sem o suporte da sociedade em geral.

Palavras-chave: mulher – violência – proteção - políticas sociais – Coordenação dos Direitos da Mulher

ABSTRACT

This study deals with the process of creation of Coordination of the Rights of Women (CODIM – Coordenação dos Direitos da Mulher) in Niterói, seeking record recent history that has unfolded and unfolds in the protection policy to the woman victim of violence in the present day. The research uses, most often, the oral source, i.e. the memory of characters representative of the feminist movement of Niterói and the process of creation of the CODIM, in the early 2000. We record the diverse experiences made every moment in lost in translation experienced by women involved with this issue in the city. This study may subsidize analyses and evaluations of the protection policy to the woman, which intertwines at joints of feminist movements and civil society entities. Soon, to think the municipal context, this figure as a representative of the national scene at an important historical moment. The CODIM, from niteroienses women demand, should be seen as an institution that cannot walk alone, without the support of society in General.

Keywords: woman – violence – protection- social-policy - Coordination on Women's Rights

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA	14
CAPÍTULO I: A PROTEÇÃO A MULHER VÍTIMA DE VIOLENCIA	18
1.1 DISCUTINDO GÊNERO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E VIOLÊNCIA	19
1.2 DO MUNDO PRIVADO PARA O PÚBLICO: A LUTA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL	25
1.3 A PROTEÇÃO À MULHER EM FOCO	30
1.4 A CIDADE DE NITERÓI – PALCO DE NOSSOS ESTUDOS	37
CAPÍTULO II: A CODIM – MEMÓRIAS	42
2.1 MONTANDO O CENÁRIO	44
2.2 A CRIAÇÃO DA CODIM	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	
Anexo I – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido	
Anexo II – Roteiro de Entrevista	

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo resgatar o processo de criação da Coordenação dos Direitos da Mulher – CODIM – em Niterói. Parte-se do pressuposto de que a criação dessa instituição pode ser entendida enquanto fruto de políticas de proteção à mulher vítima de violência no município. Tais políticas surgem em decorrência, tanto da movimentação das mulheres nacional e internacionalmente - que resultou na constituição de várias instituições de proteção à mulher vítima de violência -, quanto de sua movimentação no próprio município. Assim, acreditamos que este projeto possa contribuir resgatando os sujeitos participantes dessa movimentação, gerando subsídios para se analisar e avaliar a política de proteção à mulher nesta cidade.

A pesquisa desenvolvida tem com objetivo descrever e analisar o processo histórico de criação da CODIM, - entendida aqui como política pública para o enfrentamento da violência contra a mulher, em Niterói – fruto do processo de articulação e mobilização do movimento feminista e de mulheres no contexto brasileiro, desde a década de 1970.

Abordamos os contextos que contribuíram para que o tema da violência contra a mulher passasse a ser reconhecido como problema e as estratégias que os movimentos de mulheres e feminista desenvolveram para que o tema fosse inserido na agenda governamental, no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e, mais especificamente, em Niterói.

O recurso da história oral apareceu como importante metodologia de pesquisa ao nos permitir o resgate da história de várias mulheres, sujeitos dessa história, que entrevistamos para ter acesso a esse processo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres que atuaram nos movimentos feministas e de mulheres de Niterói, protagonistas do processo de criação da CODIM.

Mas como o tema surge? O interesse pelo tema “violência contra a mulher” não é recente, surgiu ainda na pré-adolescência quando percebi que convivia, em casa, com esse tipo de violência. A motivação se aprofundou durante o mestrado com a vinculação ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental – NPHPS/CRD e ao projeto de pesquisa Niterói – Observatório de Violência contra Mulheres, coordenado pela professora doutora Rita de Cássia Santos Feitas.

Tais experiências aliadas aos conteúdos teóricos e aos debates promovidos pelas disciplinas “Sujeitos Sociais e Proteção Social”, “Tópicos Especiais em Política Social: microanálise, história oral e memória” – ministradas, respectivamente pelas professoras Rita de Cássia Santos Freitas e Suely Gomes Costa – possibilitaram um conjunto de questionamentos acerca dessas temáticas.

Além disso, numa pesquisa preliminar percebemos que há uma lacuna histórica na esfera municipal sobre a criação da CODIM, que se tornou instituição de referência para mulheres vítimas de violência em Niterói e nas cidades vizinhas.

Caracterizando a cidade

A cidade de Niterói é palco de nossos estudos. Trata-se de um município de médio porte que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade foi fundada em 1573, sendo capital da província do Rio de Janeiro até 1893. Em 1903 retornou à condição de Capital do Estado do Rio de Janeiro permanecendo como tal até 1975. A cidade é considerada um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais do Rio de Janeiro. De acordo com alguns dados do Censo 2010, já divulgados pelo IBGE, o município tem densidade demográfica de 3.777 hab / km² e sua área territorial correspondente a 134,0 km². Ainda de acordo com estes dados, Niterói possui hoje uma população estimada em 487.327 (quatrocentos e oitenta e sete mil e trezentos e vinte e sete) habitantes. Destes, 225.671 são

homens e 261.656 são mulheres. Niterói é um dos municípios do estado com maior percentual de mulheres: 53,69%.

É importante dizer que Niterói ocupa a terceira posição (0,886) entre as cidades brasileiras e a primeira no Estado do Rio de Janeiro, no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD, 2000). A cidade possui indicadores favoráveis de educação, renda e longevidade o que lhe confere um alto grau de desenvolvimento humano. Os índices tão favoráveis não impedem, na entanto, que também se conviva na cidade com uma profunda desigualdade. A cidade possui 78 (setenta e oito) favelas com uma população residente de 24.847 (vinte e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete) habitantes. O município se divide em cinco Regiões: Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Leste e Região Oceânica e 02 Distritos. A divisão administrativa da cidade é distribuída em 48 (quarenta e oito) bairros, agrupados em 12 (doze) regiões administrativas. Como se percebe, Niterói apesar de não ser uma cidade grande, possui um grande adensamento populacional.

Na área da violência contra a mulher, a cidade conta com as seguintes instituições¹:

- ❖ CODIM-Niterói (Coordenação dos Direitos da Mulher),
- ❖ DEAM-Niterói (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher)
- ❖ OAB-Mulher
- ❖ Projeto SOS Mulher – no Hospital Universitário Antônio Pedro
- ❖ Hospital Azevedo Lima
- ❖ Policlínica de Especialidades Malu Sampaio

A leitura do trabalho de Arruda (2005) mostra como a participação política e social das mulheres em Niterói tem sido intensa. Em nossa história recente, o período entre os anos 1970 e 1980 foi marcado pelo recrudescimento das lutas feministas em prol da redemocratização do país. Niterói não foi imune a esse processo. Os movimentos de mulheres na cidade ganharam visibilidade e protagonizaram intensa luta pela criação da DEAM. Sabemos que a luta das mulheres não se dá apenas na área da violência, mas nossa análise priorizará essa dimensão do movimento.

Assim é que no final de 1986, Niterói conquistou sua primeira – e única – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM/Niterói – que deve ser entendida, sem

¹ Essa listagem, na verdade, não está completa. Mas acredito que dê conta de mapear minimamente as instituições existentes no município.

dúvida, como um marco no processo de lutas desencadeadas dentro da cidade². Como outro grande marco nesse processo de construção da proteção à mulher vítima de violência na cidade, temos em 2003, a criação da CODIM. Entende-se que a CODIM vem se tornando uma instituição de referência para as mulheres do município de Niterói. É sobre a história dessa instituição que essa dissertação pretende se voltar.

METODOLOGIA DE PESQUISA

“A memória é o antídoto do esquecimento” (Le Goff)

Para resgatar o processo de criação d CODIM foi necessário resgatar também a experiência vivenciada pelos movimentos feministas e de mulheres do Brasil, do Rio de Janeiro e de Niterói, uma vez que foram as lutas desses movimentos que desencadearam a política de proteção à mulher em situação de violência, trazendo para o mundo público questões, até então, consideradas privadas. Esse resgate implicou o reconhecimento dos lugares em que se formaram e se formam processos de lutas plurais, contraditórias, múltiplas.

Esses processos podem ganhar concretude por meio da fala de quem foi, e ainda é, agente ativa desses movimentos. Partimos da memória dessas mulheres, e a história oral foi privilegiada como metodologia de pesquisa, por ser considerada um procedimento adequado para registros das vivências e experiências desses agentes, que não só participaram dos movimentos feministas e de mulheres como também vivenciaram a história da CODIM.

O registro da memória dá significado à trajetória de vida dos indivíduos. Dessa forma, nosso objetivo é tentar restituir às mulheres (protagonistas do processo desencadeador da criação e do funcionamento da CODIM) sua história, mas também oportunizar que se revelem partes implícitas da história social daquele contexto, por meio da metodologia história oral.

A História Oral é considerada como fonte identitária de um povo, capaz de retratar as realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais variadas sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas o resgata como sujeito no processo histórico produtor de histórias e eventos de seu tempo.

Muitos autores afirmam a importância da história oral e apontam seu caráter democratizante, uma vez que “dá voz” aos excluídos, aos dominados. Trata-se, portanto, de

² Cf. Arruda (2005).

um instrumento de grande relevância para o resgate da história das mulheres, tantas vezes ocultas na “pseudoneutralidade do ‘eles’”. Para Cassab:

“a metodologia da História Oral possibilita ao entrevistador, romper a clausura acadêmica que transforma a entrevista em simples suporte documental, na pesquisa social e histórica, propiciando à mesma desvelar, (...) ‘a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal decifrado – que é a História Humana” (ALBERTINI, 1990, p. VIII - apud CASSAB, 2003, sp).

Para Costa (2003, P. 09), “tendências mais atuais de pesquisa biográfica, porque atentas ao cotidiano, vêm-se construindo, sobretudo com a matéria recolhida da história oral, dos estudos sobre cultura popular e da história das mulheres”. A utilização da história oral como fonte de pesquisa não só enriquece o trabalho, como também valoriza os “atores sociais” como indivíduos sujeitos-agentes de sua própria história. E a reconstituição dessa história individual está entrelaçada à reconstituição da história coletiva. Neste trabalho, trata-se da construção da identidade de um grupo de mulheres cuja participação se deu em torno de um projeto coletivo. Segundo Arruda (2005, p. 9), é desse ponto que se percebe a “relevância dos relatos orais e da memória, pois possibilitam retratar lembranças e impressões evocadas” por essas mulheres “num determinado momento e contexto”.

A experiência das mulheres que contribuíram para a reconstrução de contextos que envolveram a criação da CODIM na formação da rede de atendimento à mulher em situação de violência em Niterói foi privilegiada neste trabalho. Essa escolha se baseia, além dos autores já citados, em Revel (1998) que afirma que “a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”. Não se pode, porém, perder de vista as considerações de Bourdieu (1996) a respeito da “ilusão biográfica”, para não correr o risco de enclausurar a existência de uma improvável unidade de sentido.

Por possibilitarem retratar as lembranças e as impressões evocadas pelas entrevistadas num determinado momento e contexto, os relatos orais e a memória se tornam extremamente relevantes. Além do que, ao tentar atualizá-los, diante da necessidade do presente, foi possível o desvendamento dos conflitos existentes na época da criação da CODIM. Recupera-se, portanto, a história coletiva, sem desconsiderar a forma singular de apreensão das vivências

dos atores desses acontecimentos. “Trabalhar na perspectiva da história oral significa abertura para ouvir a voz, o relato, as experiências das pessoas ‘comuns’ e, nesse sentido, o cotidiano é um rico palco para nossa análise, por permitir a apreensão do ser através da experiência vivida” (FREITAS, 2000, p.10).

Esse trabalho demandou a busca de informantes que nos indicassem as pessoas a serem entrevistadas. Essa busca nos levou aos nomes da primeira coordenadora da CODIM, Rosália Lemos; da ex-vereadora Ângela Fernandes e subdelegada do trabalho em Niterói Vera Sixel, da professora Cenira Duarte Braga, da professora Satie Mizubuti, e da professora Maria Felisberta Baptista da Trindade, que participaram do processo de criação da CODIM e/ou trouxeram importantes informações sobre o contexto histórico e o cenário político por que Niterói passava quando de sua implantação. Entrevistamos também Godofredo Pinto que era o prefeito na época.

É claro que a utilização da metodologia da história oral não excluiu o recurso à pesquisa bibliográfica e à fonte documental, que contribuiu para a fundamentação teórica relacionada ao tema da violência contra a mulher, à história dos movimentos feminista e de mulheres, a leis, aos planos nacionais, tratados internacionais, entre outros.

Essa dissertação está dividida nos seguintes capítulos. No Capítulo I, abordamos a constituição da política de proteção à mulher vítima de violência. Primeiramente discutimos gênero e violência contra a mulher. Em seguida apresentamos um roteiro histórico do movimento feminista brasileiro e niteroiense, priorizando o debate sobre os diversos contextos que possibilitaram o reconhecimento da violência contra a mulher como um problema social e apresentamos as estratégias utilizadas pelo movimento feminista brasileiro – e mais especificamente o de Niterói – que possibilitaram a formulação de políticas públicas voltadas para a questão da mulher - principalmente a questão da violência. Apresentamos também nesse capítulo uma breve caracterização da cidade de Niterói, onde o movimento feminista foi bastante ativo e onde se constrói a CODIM. O capítulo II se debruça sobre a discussão do processo de criação da CODIM como consequência da luta do movimento feminista de Niterói. Para isso contamos com a participação de algumas mulheres, de variadas posições e concepções políticas, cujos relatos formaram um panorama do contexto da época. O capítulo toma experiências anteriores dessas mulheres que ajudaram a caminhada que se desdobrou na criação da CODIM/Niterói.

Partindo de seus relatos, pretendemos recuperar em parte as contradições, as ambiguidades e as ações desenvolvidas por essas mulheres para que se implantasse em Niterói um órgão que atendesse a mulher e lutasse em prol de seus direitos. Por fim, concluímos com algumas considerações que esperamos representar menos que um ponto final, um início para futuros estudos.

CAPÍTULO I: A PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

“Enfrentar a violência contra as mulheres requer não só uma percepção multidimensional do fenômeno, como também a convicção de que para superá-lo é preciso investir no desenvolvimento de políticas que acelerem a redução das desigualdades entre homens e mulheres”.(SPM)

Neste capítulo pretendemos explicitar a constituição da política de proteção à mulher vítima de violência. Começamos discutindo gênero e violência contra a mulher – uma das formas da violência de gênero. Num segundo momento, voltamos nossa análise para a forma como os movimentos de mulheres – de cunho feminista ou não – contribuíram para a formação de uma consciência de gênero, bem como para a construção de uma política objetivando o fim da violência contra a mulher. É claro que esses movimentos se fizeram presentes em várias áreas – como na saúde da mulher, na discussão sobre o trabalho feminino ou no direito ao voto – mas centramos a análise na dimensão do movimento que questionou o fato de as mulheres serem vítimas de violência e trouxe para a esfera pública discussões que historicamente ficavam presas ao mundo privado.

Contudo, antes de iniciar será importante dizer o que estamos entendendo por proteção social – onde se insere a dimensão da proteção à mulher vítima de violência. É exatamente a perspectiva histórica que nos permite refletir sobre a constituição do processo de formação dos sistemas de proteção social ao longo do tempo; bem como perceber que a efetivação da proteção social não se dá de forma linear e contínua. Partimos do pressuposto de que antes mesmo do processo de institucionalização da proteção social, sempre existiu, nas diversas sociedades, algum tipo de proteção social entre os homens e mulheres. E neste sentido, se destaca a participação das mulheres como importante agente da proteção social. De acordo com Costa, o sistema de proteção social deve ser reconhecido como

“uma **regularidade histórica de longa duração**, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos (...). Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestem, nos modos os mais variados de vida, mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante da ameaça ou de perda eventual ou permanente de sua autonomia quanto à sobrevivência” (1995, p. 99 – grifo nosso).

Este tipo de definição abre espaço para pensar a proteção social de uma forma mais ampla e perceber as várias estratégias traçadas pelas pessoas no seu dia-a-dia, bem como as demandas historicamente criadas para a construção de formas institucionalizadas de proteção – e o movimento de mulheres pode ser entendido como importante protagonista nessa relação.

DISCUTINDO GÊNERO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E VIOLÊNCIA.

*“Metade vítimas, metade cúmplices,
como todo mundo.”(J . P . SARTRE)*

É importante explicitar esses conceitos tendo como embasamento a análise de algumas pesquisadoras. No campo dos estudos de gênero, a maior parte deles pontua o importante enunciado de Simone de Beauvoir, “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”. A afirmação aponta para o fato de que gênero implica um processo de mudança, de construção. Freitas *et al* (2011, p. 9), a partir da leitura de Guacira Lopes Louro, afirmam que:

“O conceito de gênero deve ser entendido como uma construção histórica que supõe pluralidades. A ideia de pluralidade implica em admitir, não apenas que sociedades tenham diferentes concepções de homem e mulher, como também que no interior de uma mesma sociedade tais concepções possam ser diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade. Além disso, implica em admitir que os conceitos de feminino e masculino se transformam. Essa autora enfatiza, ainda, que no processo de construção de gênero, o enfoque não pode se restringir, ao caráter social das diferenças entre homens e mulheres, deve ir mais além. É preciso também visualizar que esta construção envolve corpos sexuados e, conseqüentemente, possui também uma dimensão biológica, com atribuições de significados e valores diferentes, do que foi dado pelo sistema social à biologia”.

O gênero é construído nas relações sociais, em que se formam os papéis masculino e feminino, correspondentes às necessidades e interesses de determinada sociedade, em

determinado momento da história. Góis (2003) entende gênero como algo maior do que um conceito, “é uma forma de ver e pensar relações humanas que tenta incorporar em seu interior o cruzamento de diferentes dimensões descritivas e qualitativas da experiência humana em nossa sociedade, como raça e orientação sexual” (p.9).

Gênero também pode ser interpretado como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, que estão expressas nas relações destas duas categorias sociais (SAFFIOTI, 1999). É importante enfatizar que gênero deve ser entendido em duas dimensões: uma se refere ao seu aspecto de construção social e outra, que essas relações trazem embutidas em si uma diferenciação de poder.

A desigualdade presente nessas relações é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes nelas envolvidos. Essa desigualdade muitas vezes é responsável pela violência perpetrada contra a mulher, uma vez que é pautada numa hierarquia em que impera o poder dos homens sobre as mulheres, e uma ideologia dominante que lhe dá sustentação. A violência contra a mulher muitas vezes tem sido justificada por normas sociais que têm como base as relações de gênero, onde se reforça o papel tradicional do masculino e do feminino (OLIVEIRA, 2005).

Para Freitas et all (2010) a violência de gênero deve ser entendida como “ações violentas (contra homens ou mulheres) praticadas por homens e mulheres que tenham origens em uma discriminação a partir dos papéis de gênero” – um tipo de violência que visa calar os diferentes; aqueles que fogem aos padrões socialmente estabelecidos pelas relações de gênero na sociedade . Histórica e culturalmente, as várias formas de violência de gênero expressam desigualdades entre homens e mulheres. A violência contra a mulher é uma das manifestações do pretenso domínio do gênero masculino sobre o feminino.

A dominação masculina e os tradicionais papéis construídos como relações de gênero definem o masculino como detentor do poder sobre a família, como portador de virilidade e força e o feminino como seu oposto, isto é, o sexo frágil e submisso. Tais características são constituintes de modos de subjetivação marcados por grande disparidade de posições no interior das relações de saber-poder.

A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo e não se pode atribuir uma única causa a esse tipo de violência. No entanto, não temos dúvidas que as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, a forma como homens e mulheres são socializados, as normas sociais que modelam o que é feminino e masculino estão entre algumas das causas para esse fenômeno.

Em nossa sociedade, muitas vezes a violência é socialmente aceita e legitimada como se alguém tivesse o direito de usá-la contra outra pessoa (como até pouco tempo atrás ocorria com os casos de traição, por exemplo). Vale a pena ressaltar que a violência não é intrínseca à existência humana e sim um comportamento aprendido.

A violência contra a mulher manifesta-se de diferentes formas. Pode ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral – como aparece na legislação – mas também se manifesta pela desigualdade salarial, exclusão da mulher dos cargos de poder, entre outros. “Qualquer que seja a forma, todas elas representam uma violação aos direitos humanos e atinge a cidadania das mulheres.” (OLIVEIRA, 2005). Essa violência diz respeito às relações de poder, à manutenção da hierarquia entre homem e mulher, em detrimento da segunda.

Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará/ONU constitui violência contra a mulher “todo ato baseado **no gênero**, (grifo meu) que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto privada” (BRASIL, 2007: 9).

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, nos art. 5º e 226, §§ 5º e 8º, estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. Além disso, atribuiu ao Estado o dever de criar mecanismos para coibir a violência na esfera familiar e proteger cada um de seus membros. A referida Constituição se tornou um marco jurídico-político da institucionalização dos direitos humanos no país.

Esse marco é fruto do processo de articulação e mobilização do movimento feminista e de mulheres no contexto brasileiro, desde a década de 70. Tratando-se especificamente da violência contra a mulher, o movimento feminista colocou essa questão em destaque em 1980, no II Congresso da Mulher Paulista. Esse processo está associado ao debate internacional sobre o tema.

Muito embora o problema da violência contra a mulher, no Brasil, ainda seja, muitas vezes, tratado como uma questão privada, reforçada pelo ditado popular “*em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*”, não se pode negar que assistimos a avanços – a criação de instituições como a DEAM ou a CODIM são exemplos disso. Por outro lado, as pesquisas apontam para o fato de que deve ser considerada como um sério problema de saúde pública e de violação de direitos.

“Segundo dados da Fundação Perseu Abramo, uma em cada cinco brasileiras declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. A projeção da taxa de espancamento - 11% para o universo investigado - indica que pelo menos 6,8 milhões dentre as brasileiras já

foram espancadas ao menos uma vez. Considerando que 31% declararam que a última ocorrência foi no período dos 12 meses anteriores à pesquisa, a projeção é que 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil. Isso significa 175 mil mulheres espancadas por mês, 5.800 por dia, 243 por hora, quatro por minuto e uma a cada 15 segundos. Os dados são alarmantes e refletem a dimensão de uma forma de violência que invade lares, que irrompe e corrói as relações entre homens e mulheres.” (OLIVEIRA, 2005, P. 133)

A violência contra a mulher precisa ainda ser enfrentada, a partir de suas causas e consequências, pela sociedade como um todo, conforme mostram os dados publicados pela Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento:

- Pesquisa desenvolvida nos EUA pela Federação Internacional de Planejamento da Família na Região do Hemisfério Ocidental em parceria com a Associação Médica Americana apurou, entre outros dados, que entre 45 a 49% das mulheres que sofrem violência são mães de crianças que sofrem maus tratos; que as mulheres que sofrem violência são 25% das que tentam suicídio e das que utilizam serviços psiquiátricos de emergência.
- Segundo a Un aids (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids), a propagação da aids entre as mulheres, que representam atualmente a metade dos 40 milhões de portadores da doença no mundo todo, é acelerada pela violência sexual da qual são vítimas. Essas mulheres, devido à violência que sofrem, não podem evitar relações sexuais, nem convencer seu parceiro a usar preservativo.
- Entre 20 e 50% das meninas e jovens de todo o mundo confessam que sua primeira relação sexual foi forçada, ainda segundo a Un aids.
- Segundo a Organização Mundial de Saúde, citada no relatório anual da Anistia Internacional, divulgado com o lançamento da campanha “Está em suas Mãos: Pare a Violência contra as Mulheres”, cerca de 70% das mulheres assassinadas no mundo são mortas por seus maridos.
- Relatório da Anistia Internacional traz ainda o dado divulgado pelo Conselho Europeu, segundo o qual a violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito. (Agende, 2005, p. 12)

É importante ressaltar que o fato de a violência contra a mulher ser considerada um ato aceitável em muitas culturas dificulta a obtenção de dados confiáveis. Apesar do crescimento dos registros de violência contra a mulher nacional e internacionalmente, esses números não correspondem ao número real de ocorrências, pois lidamos na maioria das vezes com a subnotificação.

No Brasil, assim como no âmbito internacional, há poucas pesquisas sobre o tema. No entanto, os dados existentes demonstram a gravidade da violência contra as mulheres principalmente quando o agressor é o parceiro íntimo. Medeiros (2012), lendo Giffin, aponta dados brasileiros de 1987, de 2.000 casos de violência registrados num período de cinco meses numa Delegacia de Mulheres de São Paulo. Setenta por cento desses casos ocorreram no lar e em sua quase totalidade o agressor era o parceiro, em quarenta por cento desses casos acarretaram danos físicos sérios. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Homicídios (PNAD) (1988) indicam que em mais de 50% dos casos de violência física contra mulheres, o agressor era parente da vítima. Em 1990, as Delegacias de Mulheres de São Paulo registraram 841 casos de estupro. Entre julho de 1991 e agosto de 1992, essas delegacias registraram 79.000 casos - dos quais 50% ocorreram na família - do total nacional de 205.000 crimes contra a mulher, o que representa uma média de 562 crimes baseados no gênero reportados diariamente (MEDEIROS, 2012. P. 38). Compreendemos que “a violência de gênero só se sustenta em um quadro de desigualdade de gênero” (Almeida, 2007, p 27)

As desigualdades de gênero fundam-se e fecundam-se a partir da matriz hegemônica de gênero. Isto é, de concepções dominantes de feminilidade e masculinidade, que vão se configurando a partir de disputas simbólicas e materiais, processadas, dentre outros espaços, nas instituições cuja funcionalidade no processo de reprodução social é incontestável – marcadamente a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação – e materializadas, ainda, nas relações de trabalho, no quadro político-partidário, nas relações sindicais e na divisão sexual do trabalho, operada nas diversas esferas da vida social, inclusive nas distintas organizações da sociedade civil. É nesses espaços e práticas que vão se produzindo, reatualizando e naturalizando hierarquias, mecanismos de subordinação, o acesso desigual às fontes de poder e aos bens materiais e simbólicos. É também nesse registro que vai se consolidando, para a mulher, a jornada extensiva de trabalho, a maior superposição de tempos e espaços nas dimensões pública e privada da vida, as menores possibilidades de investimento e qualificação, as maiores cobranças quanto à sua responsabilidade na reprodução familiar. (ALMEIDA 2007, p. 27-28)

A assimetria de gênero, em que homens, de maneira geral, detêm mais poder e controle sobre as relações de intimidade e no espaço doméstico, é um dos pilares da

construção de relações que envolvem o uso da violência como forma de solução de conflitos. Para Chauí (1988, P. 02), um dos ângulos sob os quais se pode considerar a violência é como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a falta de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. Essa “coisificação” do dominado, não é uma relação somente externa, embora seja construída também por fatores externos. Existe, segundo Cunha, uma interiorização da vontade e da ação do dominador pelo dominado, “de forma a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida” (2010, p. 25).

É importante lembrar, igualmente, o conceito de Bourdieu de “violência simbólica”. Para o autor “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhes são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder”. (1999: 52). A violência simbólica se dá por meio do “consentimento” por parte do dominado ao dominante que utiliza categorias de dominação que são vistas como naturais pelos primeiros.

Diante disso, só se pode pensar numa ruptura dessa relação dominador/dominado, mediante uma transformação nas relações sociais. Em outras palavras, essa relação de dominação perderá efeito na medida em que, passando por um processo educativo, a mulher deixar de se submeter a ela. A tomada de consciência é indispensável para desencadear o processo de transformação.

Para Freitas et al (2010), para essa transformação e para a garantia de seus resultados,

“seria necessária, uma profunda transformação, no sentido de reeducação e reelaboração das condições de produção dessas disposições, ou seja, mudança de habitus. Assim, o autor [referindo-se a Bourdieu] visualiza a possibilidade de alteração nas relações hegemônicas uma vez que haja consciência no sentido de transformar a ordem simbólica preexistente e conseqüentemente propiciar a construção de novas relações de gênero, galgadas em uma nova maneira de ser mulher e ser homem” (2010: 11).

Seria preciso transgredir as regras estabelecidas do patriarcado para se construírem novas relações de gênero. E foi isso que os Movimentos de Mulheres fizeram no Brasil e no mundo – especialmente³ a partir da década de 1970.

³ Enfatizam-se aqui os anos 70, mas não quero dizer que os movimentos feministas tenham surgido apenas nesta década. A análise de nossa história mostra exemplos particulares de mulheres, mas também sua movimentação de forma mais organizada ocorrendo em todo o período da história. Os anos 20, com a questão do sufrágio, por exemplo, é paradigmático nesse sentido. Cf. acerca da história dos movimentos feministas, Bandeira e Melo (2010), entre outros.

DO MUNDO PRIVADO PARA O PÚBLICO: A LUTA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL A PARTIR DE 1970

“Ser feminista não é um defeito, não é um equívoco, não é um acaso. Ser feminista não é um capricho, uma vaidade, um atributo de uma elite. Ser feminista não é uma fantasia ou coisa de mulher frustrada.”

“É-se feminista por necessidade. É-se feminista por obrigação”. (Anabela Santos)

Como já dito, partimos do pressuposto de que a inclusão da perspectiva de gênero, voltada para o enfrentamento da violência contra a mulher nas políticas públicas foi fruto da ação do movimento feminista e de mulheres⁴. Portanto, neste capítulo apresentaremos aspectos da atuação desses movimentos no que diz respeito à formulação de políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento dessa violência.

Para isso, refletiremos sobre as iniciativas do movimento feminista e de mulheres, a partir da década de 1970, no combate à violência contra a mulher. Como defende Santos (2008)

“Até meados da década de 1970, a questão da violência contra mulheres não era politizada pelos movimentos de mulheres. No caso da violência doméstica e conjugal, o Estado e a sociedade não reconheciam esta questão como um problema social e político, aceitando esta prática social como um assunto privado e até “normal”. (SANTOS, 2008: 30)

Vários contextos permitiram que a violência contra a mulher – principalmente a doméstica – deixasse de ser considerada assunto privado e aceito como naturalizado e passasse a ser visível tanto para o Estado quanto para a sociedade mais ampla, que reconheceram, então, que se tratava de um problema político e social. A partir desse reconhecimento, foi possível para o movimento feminista formular e propor políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

O movimento feminista visava romper com a “invisibilidade” da mulher, produzida a partir de discursos que caracterizaram a esfera do privado como verdadeiro universo da mulher. E foi a partir das lutas desses movimentos que o combate à e a prevenção da violência

⁴ Denominamos movimento de mulheres os movimentos sociais, formados majoritariamente por mulheres, que objetivam a transformação da realidade social, de carências econômicas e/ou das opressões sócio-política e cultural. Por movimento feminista, entendemos os grupos que se automeiam como feministas e compreendem que a desigualdade entre homens e mulheres é passível de transformação (MEDEIROS, 2012), possuindo, ainda um projeto de emancipação

contra a mulher – assim como muitos outros direitos antes negligenciados – passaram a fazer parte da agenda do poder público no Brasil.

Esse movimento teve um papel fundamental na defesa desse tipo de ação governamental, em especial a partir do início da década de 1980, ao dar visibilidade à questão e ao reivindicar que a violência sexista fosse entendida como problema social e político, portanto, um problema que exigia a intervenção do Estado, com políticas públicas específicas. É verdade que, sob pressão das demandas das mulheres, e no bojo de um processo mais amplo em que o poder público não pôde mais ignorar as mulheres como público-alvo de suas políticas, algumas iniciativas surgiram para tentar responder ao impacto que a questão da violência contra mulheres alcançou na opinião pública: a criação de delegacias da mulher, serviços como casas-abrigo e centros de referência, ações vinculadas à políticas de saúde, entre outras.

A pressão das mulheres é objetiva. Elas estão cada vez mais no mundo público: crescentemente no mercado de trabalho, ampliando seus níveis de escolarização, presentes nos movimentos sociais, são metade do eleitorado. Estado e governos necessitam se legitimar frente a esse “novo público”.

O feminismo foi um dos elementos responsáveis por levar a sociedade à reflexão sobre suas estruturas de dominação e sobre o conflito gerado por suas normas. Autores como Giddens (1993), Hall (2002), e Castells (1999) são unânimes em afirmar o potencial revolucionário deste movimento. Ele contraria as regras, apresenta outras possibilidades de convivência e provoca a sociedade a encontrar outros caminhos, diferentes daqueles embasados na exploração e na opressão da mulher. Foi o feminismo o responsável pelo entendimento de que o espaço privado não é lugar de privacidade; ao contrário, o lugar onde muitas mulheres permanecem grande parte das suas vidas é um espaço de proibições. (BRAZÃO e OLIVEIRA, 2010).

Os últimos quarenta anos de luta do movimento de mulheres e feminista no Brasil mostram os embates e as conquistas da mulher em sua “saída” da vida privada. Os anos 70 foram fortemente marcados pela oposição ao governo ditatorial em vigor à época. Grande parte dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, comprometidas em contestar a ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Como confirma Sarti (2004):

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como

consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota. (SARTI, 2004: 37)

O fato de as mulheres terem participado dessas lutas, não dizia respeito somente a estar contra o sistema político vigente, mas foi uma profunda transgressão ao que, então era estabelecido como “ser mulher”. O movimento feminista caracteriza-se, desde a sua origem, por defender os interesses das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres – mesmo que a categoria gênero tenha surgido apenas nos anos 70/80.

O mundo público era negado às mulheres, já que era considerado um espaço próprio para os homens, mas elas ousaram e conseguiram, aos poucos, penetrar legitimamente em locais que eram considerados para elas impróprios. Nessa perspectiva, o movimento feminista vai romper com os limites do conceito de **político**, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido.

Assim, as mulheres “saíram” de seus cotidianos de gênero de duas maneiras, como afirma Perrot (1991). Saíram “fisicamente” - do espaço privado para o público - e saíram “moralmente”, já que se despiram dos papéis que lhe eram atribuídos e passaram a ter opinião sobre diferentes situações e assuntos. Para Cunha (2010), a “saída” dessas mulheres impulsionou certo processo de tomada de consciência de gênero, tendo em vista que ao “sair” – retomando o termo empregado por Perrot (1991) – muitas dessas mulheres se deparavam com uma nova realidade, novas possibilidades que ampliavam seus espaços de atuação, antes reduzidos aos quatro cantos de seus lares. Perrot (1991) afirma que as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes foram deixados, buscando alargar a sua área de influência.

Um forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970. Cunha (2010) relata que “as mulheres, de forma organizada, decidiram não aceitar mais a ideia de que ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’”. A época marcou o começo das passeatas de protesto contra a

complacência e a impunidade dos agressores, a inclusão de estudos sobre o tema nas universidades, e a reivindicação por leis e serviços específicos (CUNHA, 2010: 51).

No final dos anos 70, exigia-se do Judiciário o fim da absolvição dos maridos e ex-maridos que matavam suas companheiras em nome de uma suposta “legítima defesa da honra”, tese usada pelos advogados de defesa para desqualificar a imagem das mulheres assassinadas e, assim, garantir a absolvição dos réus. Ainda no início dos anos oitenta, foi cobrada ao poder Executivo a criação de políticas públicas como as DEAMs – Delegacias Especializadas e Atendimento à Mulher e casas-abrigos. Do Legislativo, reivindicou-se a alteração da legislação nacional, especialmente a penal e civil, detentoras de artigos discriminatórios e sem previsão de norma para proteger as mulheres vítimas de violência.

Para Kiss *et al* (2007, P. 487), a partir da década de 80, no Brasil, a violência contra a mulher transformou-se em um dos grandes eixos de ação do movimento feminista no sentido assistencial, dando início à realização de parcerias com o Estado no sentido da formulação de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. Na área da assistência jurídica, o Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo impulsionou a criação dos Centros de Orientação Jurídica e Encaminhamento (COJE), em 1984, a partir de um serviço voluntário de orientação e encaminhamento legal para mulheres em situação de violência. Estimulado por essa experiência, numa ação internacionalmente pioneira, foi também instituída, em 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

Para as autoras dentro de uma vocação diferente daquela verificada nas instituições jurídico-policiais e um pouco anteriormente à instituição da primeira Delegacia Especial de Atendimento a Mulheres (DEAM), no início dos anos 80, foram criados os SOS-Mulher. A proposta desses serviços já era, no momento de sua criação, vista como uma nova estratégia do movimento organizado de mulheres, que buscava oferecer informações acerca da assistência judicial e outras modalidades de suporte, considerando a forma desrespeitosa com que mulheres eram tratadas nas delegacias comuns de polícia.

A experiência de ação política dos movimentos sociais intitulados SOS multiplicou-se pelo país, e se constituiu uma ação pioneira no acolhimento das mulheres em situação de violência. A ação dos SOS estimulou as feministas a demandarem uma atuação do Estado, que, em resposta, criou as DEAMs, tendo a primeira sido inaugurada em São Paulo, em 1985. Já no início do ano seguinte inaugura-se a DEAM no Rio de Janeiro e, em dezembro de 1986, depois de um longo processo de discussão e debate com agentes engajados na luta feminina,

nasce a DEAM/Niterói. Atualmente existem mais de 300 DEAMs espalhadas por todo Brasil, número ainda insignificante, considerando o tamanho do país – o que demonstra a necessidade contínua de ampliação desse tipo de política.

É importante ressaltar que a partir do atendimento aos casos de violência foram se tornando visíveis os elementos que permitiram ver a violência como um mecanismo relacional, apontando para a necessidade de se trabalhar tanto a vítima quanto o agressor. (SARTI, 2004, p. 43).

Avançando nesse pequeno retrospecto, chegamos aos anos 2000. Embora a problemática do gênero não tenha terminado e que não possamos dizer ainda que o feminismo não seja mais necessário, é possível apontar, no entanto, que avanços aconteceram e que a chamada “questão da mulher” entrou na agenda política de qualquer nível administrativo. Prova disso é a criação, em janeiro de 2003, pela Medida Provisória nº 103 (convertida na Lei nº 10.683/2003) da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - vinculada diretamente ao Governo Federal e dotada de status ministerial e orçamentário -, que tem por objetivo estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria de vida de todas as mulheres do país.

Concordamos com Bandeira e Melo quando destacam que a criação da SPM “foi um salto de qualidade tanto no que se refere à institucionalização do tema no executivo brasileiro quanto às possibilidades de desenvolvimento de políticas públicas nas mais diferentes esferas do governo federal” (2010, p. 38). A criação da SPM legitimou a implementação de políticas públicas para as mulheres que têm, entre outros objetivos, a eliminação de todas as formas de discriminações e desigualdades de gênero e a consolidação de direitos humanos e de cidadania para as mulheres. Para isso a Secretaria convocou Conferências Nacionais, em 2004 e 2007, das quais resultaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), que contém os eixos das ações feministas no Brasil, entre eles o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (Eixo IX, 2008)

A mais recente conquista do movimento de mulheres foi a promulgação da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, e considerada a maior vitória no tema⁵. Uma conquista reivindicada desde os anos noventa, com a realização de seminários, reuniões, elaboração de minutas de projetos de leis apresentados e que foram retirados porque as medidas propostas dependiam de iniciativa do Poder Executivo.

⁵ Embora saibamos que existem muitas polêmicas cercado essa lei. Mas não entraremos nessa seara de discussão aqui nessa dissertação.

Todo esse processo marca a luta das mulheres para a construção de políticas públicas para a proteção da mulher. Concluindo esse item, e compreendendo a importância ainda hoje dessa proteção vamos nos voltar no próximo item para discutir a rede de proteção à mulher em sua dimensão nacional e internacional.

A PROTEÇÃO À MULHER EM FOCO

Como mulher eu não possuo país. Como mulher, meu país é o mundo todo. (Virginia Woolf)

Para tratar dessa questão – a proteção à mulher vítima de violência – é necessário dividirmos esse tópico em duas dimensões. Estudaremos a proteção em nível internacional, e sua consequente influência na realidade nacional. A ideia é ver como as instituições e políticas se organizam e como essas redes – globais – se articulam e impactam-se mutuamente.

Os avanços conseguidos pelos movimentos de mulheres e feminista se devem, em grande parte, aos documentos internacionais que, em importantes épocas da história da mulher, têm marcado profundamente a considerável atenção dada aos seus direitos. Ao mesmo tempo, as Constituições Brasileiras e Leis complementares vão acompanhando o processo evolutivo da condição feminina na sociedade, que embora de forma lenta, garantiram uma grande parte das reivindicações dos movimentos feministas.

Ainda que a história do feminismo registre significativas experiências anteriores à década de 1970, com características distintas, destacando-se a mobilização feminina em torno do sufrágio, referir-nos-emos à especificidade do feminismo que se inicia naquela década, quando o movimento feminista alastrou-se pelo mundo e, então, “o modelo tradicional do ser mulher entrou em crise e um novo perfil feminino começou a se esboçar.” (FREI BETO, 2001)

Como forma de aprofundar as discussões sobre as formas de discriminação contra as mulheres, em 1975, foi realizada, no México a I Conferência Mundial sobre a Mulher que teve como resultado a elaboração, em 1979, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), cujo foco era a eliminação da discriminação e a garantia da igualdade. Embora tenha entrado em vigor em 1981, só foi ratificada pelo Brasil em 1984, além do que apresentou reservas a alguns artigos, tais como o

que tratava de direitos iguais na escolha do domicílio e o que estipulava igualdade na sociedade conjugal. Em 1994, as reservas foram eliminadas. Esse documento definiu discriminação em seu artigo 1º como toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e previu a urgência em “se erradicar todas as formas de discriminação contra as mulheres, a fim de que se garanta o pleno exercício de seus direitos civis, políticos, econômicos e culturais”.

Entre 1970 e 1980, o movimento de mulheres, em parte da América Latina, centrou-se na luta pela redemocratização dos países. Movimentos de mulheres brotaram pelo país afora, como a Rede Mulher, em defesa dos direitos da mulher e da ampliação da cidadania feminina. A luta pela democratização do país culminou com a campanha das eleições para Presidência da República. Foi formada, então a Assembleia Nacional Constituinte, que teve ampla participação de toda a sociedade brasileira. Usando o lema “Constituição pra Valer, tem que ter Direito da Mulher”, o movimento de mulheres foi um dos mais ativos, com o chamado “Lobby do Batom”.

Durante o Congresso Constituinte, o movimento de mulheres reivindicou, entre outros direitos, a união estável, deveres e direitos iguais na sociedade conjugal, criminalização da violência doméstica, direito de declaração de paternidade pela mulher, punição à coerção ou violência sexual nas relações trabalhistas. A Constituição Federal, além de reconhecer tais direitos, incorporou em seu texto outros direitos individuais e sociais das mulheres.

“O art. 226, § 5º da Constituição estabelece que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

“O art. 226, § 8º da Constituição dispõe que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Brasil, 1988).

Para examinar os resultados de cinco anos da Década da Mulher, aconteceu em Copenhague, em 1980, a II Conferência Mundial sobre a Mulher. No Brasil, a violência contra a mulher cada vez ganhava mais espaço na mídia, sobretudo assassinatos cometido por seus companheiros. E nesse mesmo ano, foi criado em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o SOS Mulher.

Um avanço que se verifica com destaque no contexto de atendimento à mulher em situação de violência foi a implantação das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), que tem por objetivo oferecer às mulheres vítimas de violência, um atendimento especializado por parte de uma instituição que reconheceria como crime as ações violentas que as teriam

vitimado. A primeira foi criada em São Paulo, em 1985. A implantação das Delegacias não só contribuiu para dar maior visibilidade à problemática da violência contra a mulher, especialmente a doméstica, em virtude do aumento do número de denúncias, favorecendo a discussão da natureza criminosa desse tipo de violência, como também criou uma via de enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher no Brasil.

Nos anos 1990, podem-se notar iniciativas da ONU que se fizeram presentes no cenário nacional. Com a realização, em Viena, 1993, da Conferência Mundial dos Direitos Humanos os direitos das mulheres foram reconhecidos como direitos humanos. Na declaração gerada nessa Conferência foram considerados os vários graus e manifestações de violência, incluindo as resultantes de preconceito cultural e tráfico de pessoas. Um grande avanço desta declaração foi a revogação da violência privada como criminalidade comum, considerando assim, que a violência contra a mulher infringe os Direitos Humanos e é realizada principalmente na esfera privada. Um ano depois, em 06 de junho, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA - aprovou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará. Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil em 1995. Definiu-se, ali, a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Convenção de Belém do Pará, 1994). Reconhece ainda que a “violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades.” A violência contra a mulher passava a ser tratada como grave problema de saúde pública.

Também nesta década, mais precisamente em 1996, surgiram as primeiras casas-abrigo reivindicadas pelo movimento de mulheres e apoiadas pelas próprias DEAMs, uma vez que “as providências policiais e jurídicas eram burladas pelos agressores e, muitas vezes, as denunciadas sofriam violência maior como castigo por sua iniciativa” (CAMARGO e AQUINO, 2003, p. 39).

Em 1995 acontece em Beijing (China) a IV Conferência Mundial da Mulher, que no Brasil constituiu-se numa agenda que garantisse que todas as políticas e programas dos governos que tratam a questão das mulheres, refletissem numa perspectiva de gênero e reconheceu a igualdade entre homens e mulheres nas suas diferenças, como fator fundamental na consolidação da democracia. Nessa agenda, incluem-se diversas diretrizes no âmbito da

política pública, como a violência, com a criação de programas voltados para as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção jurídica, psicológica e médica e a criação de abrigos.

Ainda dentro dos programas de atenção à mulher vítima de violência, foram também formuladas políticas que articulassem medidas nas áreas da assistência e da segurança pública com medidas repressivas e preventivas mais efetivas no combate a violência contra mulher.

Nesta perspectiva, a criação de Juizados Especiais para o julgamento de delitos menores foi determinada pela Constituição Federal, que criava, em 1995, a Lei 9.099, a Lei dos Juizados Especiais. Esta não foi pensada para tratar da violência contra as mulheres, mas acabou ganhando essa função, uma vez que 70% dos casos que tramitavam nos Juizados Criminais eram de mulheres vítimas de violência. Muitos autores criticaram essa Lei, dizendo que ela representou uma cilada para a judicialização da violência de gênero no país, sendo o objeto de contestação dos movimentos feministas e de mulheres. Cunha (2010), lendo Dias (2008) afirma que “a finalidade das DEAMs antes da Lei 9.099/95 era abrir um inquérito, pois sendo uma Delegacia de Polícia Judiciária, tinha a função de executar um trabalho policial” (CUNHA, 2010, P. 74) Porém, a Lei dos Juizados Especiais esvaziou as Delegacias da Mulher, que se viram limitadas a lavrar termos circunstanciados e encaminhá-los a juízo. Em audiências, a conciliação era imposta, não obtido acordo, a mulher vítima de violência tinha o direito de representar, mas precisava se manifestar na presença do agressor – situação que muitas vezes a amedrontava. Então, o Ministério Público podia transacionar a aplicação de multa ou pena restritiva de direitos, e o crime desaparecia, não constando na certidão de antecedentes.

É importante ressaltar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I e II, em 1996 e 2002) que incorporou diversas metas referentes à formulação e execução de programas e políticas sociais no que diz respeito à violência de gênero, como o apoio a pesquisas e a implementação dos acordos internacionais e das Conferências que tratam do tema.

Durante as comemorações do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1998 foi lançada a campanha “Sem as Mulheres os Direitos Não São Humanos” uma promoção do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), com o apoio do Centro Feminista de Estudos e Acessória (CFEMEA), do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), de agências da ONU e de outras entidades do movimento de mulheres.

Nesse ano, ainda, foram lançados o “Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar” e a Campanha “Uma Vida sem Violência é um Direito Nosso”, promovidos pelas Nações Unidas no Brasil e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Ministério da Justiça. O Pacto foi assinado pelo Governo e por organizações da sociedade civil.

Como já afirmei, em 2002 foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher transformada, no ano seguinte, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Esta é mais uma instância governamental, junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para a promoção de programas de erradicação da violência contra as mulheres, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e a afirmação das condições necessárias para a sua plena cidadania.

No mesmo ano um consórcio composto por entidades públicas, ONGs, representantes do movimento feminista e grupos organizados interessados na questão uniu-se a uma parte da bancada feminina no Congresso e teve início o processo de elaboração de uma nova proposta de lei que substituísse a Lei 9.099 (a Lei dos Juizados Especiais) e, calcada na Convenção de Belém do Pará, enfrentasse a violência doméstica contra as mulheres de forma mais eficaz.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) ocorre em julho de 2004 e representa um marco na afirmação dos direitos da mulher e mobilizou, por todo o Brasil, cerca de 120 mil mulheres que participaram, diretamente, dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2005), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres visava promover a articulação entre os Governos Federal, Estadual e Municipal em um trabalho conjunto para a criação e fortalecimento de mecanismos institucionais de defesa dos direitos da mulher.

Em abril de 2004, o Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de lei para coibir a violência doméstica contra a mulher. Depois de mais de um ano de diálogo e discussão com vários grupos feministas, entidades políticas e assessoras da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, e contando com a assessoria de advogados, chegou-se ao texto definitivo da nova lei de combate à violência contra a mulher.

Essa lei foi chamada Lei Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia, que por duas vezes, sofreu tentativas de assassinato pelo marido, professor universitário, e acabou ficando paraplégica. Lutou por 20 anos pela condenação de seu agressor, ingressando com um processo nas Nações Unidas, o qual despertou o Estado

brasileiro para a gravidade da situação. Maria da Penha transformou sua dor em luta e sua tragédia em solidariedade com as mulheres brasileiras.

Dentro dessa conjuntura política a nova Lei nº 11.340/2006 veio como um passo em direção ao cumprimento das determinações da Convenção de Belém do Pará e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres (CEDAW), além de regulamentar a Constituição Federal.

Essa Lei traz medidas protetivas à mulher vítima de violência doméstica e familiar, e, na esfera punitiva, proíbe a aplicação das chamadas penas alternativas, principalmente os benefícios da Lei nº 9099/95 (a transação penal, as multas que eram convertidas em cestas básicas —, e a suspensão condicional do processo). Além disso, priorizando os crimes praticados contra mulher nos ambientes: doméstico, intrafamiliar e afetivo, instituiu os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo que as Varas Criminais acumularam as competências cível — separação judicial e de corpos, por exemplo, e criminal — responsabilização do agressor, nos casos decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dentre as medidas protetivas elencadas na Lei ‘Maria da Penha’, algumas merecem destaque, diante de seus feitos intimidativos, bem como para a garantia da integridade física e moral da ofendida. Pode-se citar a obrigação de a Autoridade Policial garantir a proteção da mulher, encaminhá-la ao hospital, fornecer-lhe e aos dependentes o transporte que se fizer necessário, e acompanhar-lhe ao domicílio para a retirada dos pertences.

Além disto, a Lei determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes à programas e serviços de proteção, garantindo-lhe os Direitos Humanos que se achavam positivados na Constituição Federal. À mulher vítima de violência doméstica e familiar também é garantida assistência jurídica gratuita, bem como o acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.

Foram criados serviços de atenção mulher vítima de à violência sexual para prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for o caso.

Nos últimos 30 anos foram criados serviços e aprovadas leis voltados para a questão da violência, como as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher. Tais serviços, juntamente às Defensorias Públicas, dos Postos de Saúde, os IMLs, entre outros, constituíram-se como importantes

acessos no atendimento à mulher vítima de violência. Na década de 2000 foram criadas muitas Coordenações e Conselhos dos Direitos da Mulher nos municípios brasileiros. Um exemplo, nesse sentido, foi a criação, em março de 2003 da Coordenação dos Direitos da Mulher de Niterói (CODIM/Niterói). A CODIM é uma instituição vinculada à Prefeitura de Niterói e oferece atendimento e acompanhamento especializado com profissionais do Serviço Social, Direito e Psicologia às demandas das mulheres. Desde o início de sua criação a maior demanda de seus atendimentos tem sido por parte de mulheres vitimadas pela violência doméstica ocorridas em âmbito conjugal. É sobre o processo de criação dessa instituição e a forma como ela vem se constituindo hoje que essa dissertação pretende estudar.

A CIDADE DE NITERÓI – PALCO DE NOSSOS ESTUDOS

*CHORA NITERÓI
Nichteroy
em Tupi-Guarany;
é 'água-escondida'.*

*Infiltrada,
nos solos podres
das encostas
deslizantes.
É água perdida.*

*Niterói chora,
lágrimas de lama,
de lixo,
de escombros.*

*Niterói chora
a cidade amada,
as vidas,
as mortes
as almas,
as coisas ruídas,
e soterradas.*

*Ah! e ter que suportar
esse peso nos ombros. (Zé Silveira)*

Embora a luta das mulheres por direitos igualitários não seja tão recente, partiremos aqui, da década de 1940, quando no cenário brasileiro observa-se uma intensa expansão das organizações femininas, tanto no plano social quanto político.

Nesta época, começam a surgir, também na cidade de Niterói – então capital do Estado do Rio de Janeiro -, as primeiras instituições de proteção social, que contavam com intensa participação feminina. Exemplo disso foi a criação da Escola de Serviço Social no município, em 1945, demonstrando a movimentação feminina voltada para a questão da proteção social. Tal iniciativa teve consequência diversas ações sociais produzidas por mulheres, que souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram permitidos buscando alargar sua influência (PERROT, 1999), e “saírem” do âmbito privado para o público por meio dessas ações.

Em 1949, acompanhando a movimentação política do país, foi fundada no Brasil e também em Niterói, vinculada à política do Partido Comunista Brasileiro, a Federação de Mulheres do Brasil, em que sobressai a luta das mulheres contra a carestia de vida, pelo atendimento às necessidades imediatas referentes à infraestrutura do âmbito doméstico, entre outras (ARRUDA, 2005). A esta Federação estavam ligadas associações estaduais e

organizações locais, em muitas cidades do interior, das quais participavam donas de casa e outras manifestantes do movimento contra a carestia.

Nesse mesmo ano, foi criada a Associação Feminina Fluminense (AFF) cujas participantes foram, posteriormente, convocadas a participarem das associações de comissões rurais que denunciavam as arbitrariedades que sofriam as pessoas do campo, notadamente a perda da terra. Esses movimentos deram origem, segundo Arruda⁶ (2005) a organizações rurais de mulheres, inclusive no Movimento Sem-Terra, para reivindicar creches, escolas, saúde e infraestrutura.

Pode-se perceber, portanto, que a participação política e social das mulheres em Niterói tem sido intensa e constante. Embora, nessa época as mulheres ainda não estivessem preocupadas com as questões das relações de gênero, com a diferença na divisão do poder e com a ocultação da violência contra a mulher, esses movimentos tiveram grande relevância no sentido de que foram eles os responsáveis pela abertura do espaço para as lutas sociais, no plano dos direitos sociais e da cidadania e impactaram as relações entre os sexos e as representações sociais sobre eles.

Toscano e Goldenberg (apud ARRUDA, 2005, P. 25) afirmam que “na década de 1960 se fortaleceu uma organização de mulheres que marcou o movimento sufragista com o momento da passagem do sufragismo, sob liderança de Bertha Lutz, para outra fase, de questionamentos mais abrangentes, na voz de militantes mais comprometidas com posições de esquerda.” O movimento pela anistia, na década de 1970, teve também influência da União Brasileira de Mães, que consistia em um movimento “liderado principalmente por mulheres que haviam sofrido algum tipo de perseguição ou que tiveram seus filhos, companheiros, maridos e familiares desaparecidos, presos ou exilados no exterior.”(ARRUDA, 2005, P. 25). Bandeira & Melo (2010, p. 25 – grifos das autoras) afirmam que:

“Como resultado da difusão do pensamento feminista, baseado na repercussão da leitura dos livros de Simone de Beauvoir (1910-1986) – O segundo Sexo (1949) – e de Betty Friedan (1921-2006) – A Mística Feminina (1963) – as mulheres ganharam as ruas para entoar as palavras de ordem *Nosso Corpo nos Pertence e o Privado também é Político* (...). Essa intensa mobilização levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a realizar, em 1975, a Conferência Internacional sobre a Mulher, proclamando este o Ano de(sic) Internacional da Mulher.”

⁶ Informação trazida a partir da entrevista com a ativista Rolande, Cf Arruda, 2005, p. 24.

No Brasil, embora as liberdades políticas estivessem cerceadas, as mulheres continuaram se organizando e, junto aos movimentos sociais que se levantaram contra a ditadura, as feministas, em meados dos anos setenta, já denunciavam a dominação sexista, inclusive nos partidos políticos e defendiam que a luta pelos direitos das mulheres não deveria ser subordinado às lutas pelos direitos gerais do povo brasileiro.

É também na década de 1970 que o movimento feminista passa a ter novas demandas dentre elas destacam-se a liberdade sexual, o fim da violência doméstica e é a partir daí que se iniciam as ideias de criação das delegacias femininas. Outro ponto relevante a ser destacado é o interesse do mundo acadêmico pelas questões das relações de gênero e pela história das mulheres.

O ano de 1975 – quando a ponte Rio-Niterói é construída – traz grandes mudanças para a cidade de Niterói, que deixa de ser capital do Estado do Rio de Janeiro. Uma vez que grande parte da população masculina trabalhava no Rio de Janeiro, Niterói se afirmou enquanto um palco de ações femininas configurando um município cuja representação era feita por mulheres.

No final da década de 1970 e início da de 1980, o movimento de mulheres e as lutas feministas se articulam em prol da redemocratização do país, e em Niterói foram realizadas reuniões que resultaram na rearticulação dos movimentos de mulheres niteroienses, sendo criado o Centro Brasileiro de Mulheres de Niterói, em 1978. Este Centro contava com a proposta de reflexão, pesquisa e análise da condição da mulher brasileira, atuando no sentido de superar os estereótipos, como o mito da fragilidade feminina.

Os movimentos de mulheres em Niterói ganharam visibilidade e a eles se juntaram associações de moradores da classe média e das periferias da cidade, sindicatos e os partidos políticos. Isso possibilitou discussões acerca de questões como a opressão, a discriminação, a sexualidade, o aborto, a violência contra a mulher. Arruda (2005) relata em seu trabalho que o movimento de mulheres em Niterói, passou a ter novos direcionamentos, e algumas das militantes tornaram-se presidentes das associações e posteriormente ingressaram na política partidária.

Na década de 1980, as demandas dos movimentos feministas ainda eram muitas. O ano de 1986 foi de grande importância para a cidade de Niterói, os movimentos feministas e de mulheres foram criando alianças e se fortalecendo. Por força dessas lutas surgia uma nova construção de consciência de gênero, mas ainda persistia a luta pelos direitos iguais.

No final do ano de 1986, Niterói conquista sua primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM/Niterói. Segundo Soares (1999), a criação das DEAMs é uma experiência pioneira no Brasil, propiciando mudanças relativas à igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada. Ainda em 1986, em Niterói o movimento de mulheres teve participação expressiva em inúmeros acontecimentos na cidade, como Conferências de Saúde e Fóruns de criança e adolescente, e de mulheres. No âmbito político governamental, é eleita vereadora, com o apoio do movimento de mulheres e dos professores da UFF, SateMizubuti (hoje coordenadora da CODIM), que elaborou um projeto de lei, que criava o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que se desfez, na década de 1990, devido a conflitos políticos e de poder no interior do próprio movimento de mulheres.

O fim da ditadura, as lutas e conquistas alcançadas na Constituinte deram fôlego novo à luta as mulheres contra a violência. Os desafios eram enormes, pois se impunha nacional e internacionalmente o projeto neoliberal. Foi nesse período que se iniciou o Ciclo Social de Conferências das Nações Unidas, fundado no marco ético e político dos Direitos Humanos. E, no que se refere à luta pelo fim da violência, foi sumamente importante a Declaração da Conferência Mundial de Direitos Humanos, que afirma pela primeira vez na história da ONU que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos (1993). Mas é em 1995, no processo nacional e internacional de organização da Conferência Mundial sobre a Mulher que essa mobilização ganha em amplitude e capilaridade em todos os estados brasileiros, reivindicando do governo medidas concretas em âmbito nacional e compromissos na esfera internacional para promover a igualdade.

A partir da implantação da DEAM/Niterói, uma questão surgiu e causou muita discussão, muitas entidades feministas não aceitaram que a DEAM fosse comandada por um delegado homem. Estas pediam a contratação de delegadas mulheres para ficar a frente da DEAM. Somente em 1991, após a promulgação da Constituição Federal em 1988 – e de muitas lutas – DEAM/Niterói conseguiu ter a sua primeira delegada mulher, a Dra. Tânia Maria Menezes do Nascimento.

Nesta década, algumas professoras da Universidade Federal Fluminense iniciaram a formação de um grupo de estudos sobre a mulher, criando o Núcleo Transdisciplinar de Estudos das Mulheres – NUTEM nota. Depois virou NUTEG. É importante perceber, como a Universidade mesmo não assumindo uma participação nos movimentos feministas e de mulheres, esteve presente nesses movimentos representados por professoras na luta por direitos iguais.

Na década de 2000, as mobilizações tomam novo fôlego e, em 2002, o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) inicia o programa SOS Mulher que se destina ao atendimento de mulheres em situação de violência, principalmente, sexual (SANTOS, 2010). E é em 2003 que se cria a Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM), objeto de análise deste trabalho. Esta Coordenação tem como objetivo, promover políticas públicas de atenção a mulheres vítimas de qualquer tipo de violência. A CODIM tem a missão de sensibilizar os gestores (as), visando garantir programas e projetos permeados pelas relações de gênero e o fortalecimento da Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Intrafamiliar.

A CODIM objetiva, entre outros fins, assegurar autonomia e segurança à mulher capacitando-a para o mundo do trabalho, da política e do exercício do poder e participar da organização e de ampliação da Rede de Atenção e Proteção as Mulheres em situação de violência (SANTOS, 2010, P. 19). Para tanto, a CODIM conta com profissionais de diversas áreas: psicológica, jurídica e assistência social.

Segundo Cunha (2010), em 2008, a mobilização das mulheres na cidade conseguiu reorganizar o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói, que está vinculado à CODIM. O Conselho tem a finalidade de elaborar políticas e programas a serem implementados no âmbito da administração municipal, visando eliminar todas as formas de discriminação das mulheres, buscando assegurar melhores condições de vida, liberdade, igualdade de direitos e a participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

A CODIM vem se tornando uma instituição de referência para as mulheres do município de Niterói, que chegam à sua porta, todos os dias, à procura de orientação. Percebe-se que as mulheres de Niterói, a exemplo dos movimentos feminista do Brasil e do mundo, estiveram – ainda que com momentos de fluxo e refluxo – engajadas e mobilizaram-se para garantir suas demandas.

No próximo capítulo discutiremos com maior profundidade o processo metodológico que percorremos e apresentaremos a análise das falas recolhidas junto a profissionais ligados ao processo de criação da CODIM. Nosso objetivo é entender os caminhos que levaram à criação dessa instituição.

CAPÍTULO II: A CODIM – MEMÓRIAS

*“A luta ela tem início, meio,
e às vezes não tem fim...
ela continua.”
(Felisberta Trindade)*

Neste capítulo apresentaremos as memórias das mulheres envolvidas nos movimentos feministas de Niterói e mais especificamente do processo de criação da CODIM. Para isso resgataremos a história da construção da agenda feminista fluminense sobre o tema da violência contra a mulher.

Para resgatar a história de criação da CODIM, buscamos encontrar mulheres que fizeram parte desse processo. A partir de suas falas, fomos percebendo a importância do movimento feminista niteroiense para que fosse criada uma instituição que atendesse mulheres em situação de violência na cidade.

Com o intuito de apresentar esse processo, inicialmente, fizemos uma pesquisa exploratória, que contou com uma informante chave: a professora Cenira Duarte Braga, que militou ativamente no movimento feminista de Niterói. A partir de suas indicações começamos a procura das possíveis entrevistadas. Realizamos nossa primeira entrevista com Rosália Lemos e, a partir de sua fala, outros nomes foram surgindo. Na verdade, durante as entrevistas sempre surgiam outros nomes, outras (possíveis) novas entrevistadas. Não foi possível, porém, entrevistar todas as mulheres que participaram do processo de criação da CODIM. Alguma não foi possível encontrar; outras estavam impossibilitadas. No entanto, consideramos que as falas colhidas durante as entrevistas contemplam o contexto daquele momento e dão conta do processo que culminou na criação da CODIM. A partir dessas entrevistas, surgiu também a necessidade de ouvir o prefeito de Niterói, na época, Godofredo Pinto, como outro informante qualificado.

Durante a realização das entrevistas, é importante ressaltar, cada entrevistada nos mostrava documentos e fotos do período na intenção de situar o momento. As pessoas entrevistadas além de serem muito solícitas, mostraram bastante interesse em dar seu “depoimento” tanto em relação à sua atuação no movimento feminista quanto à sua participação no processo de criação da CODIM, e falam disso com muito prazer. Rosália Lemos, por exemplo, dispôs-se a ir, para a realização da entrevista, até o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental – NPHPS/CRD, na UFF. Outras mulheres foram entrevistadas em seu próprio ambiente de trabalho ou próximo a ele. Todas as entrevistas foram gravadas - com a permissão das(o) entrevistadas(o), que assinaram um Termo de Consentimento (ANEXO 1), permitindo que seus nomes fossem publicados – e transcritas pela pesquisadora.

Fez-se necessário retroceder no tempo e resgatar um pouco da história do município de Niterói, assim como experiências anteriores do movimento feminista dessa cidade, para dar conta de analisar o processo de implantação da CODIM, uma vez que partimos da premissa de que este é fruto daquele. Para isso a dissertação de mestrado de “Mulheres e Violência: Memórias e Lutas na Cidade de Niterói” de Aparecida Nátia Pinto Arruda – a que recorreremos – foi extremamente importante.

Relacionamos abaixo as mulheres entrevistadas nesta pesquisa. No decorrer desse capítulo, cada uma delas terá seu relato apresentado como forma de registro no momento vivido e de sua visão sobre o processo:

Maria Felisberta Baptista Trindade – Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF), pertencente ao Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento da Faculdade de Educação. Embora não tenha participado diretamente da criação da CODIM, é uma das mais ativas militantes do movimento feminista de Niterói. Entrevistada em 31 de maio de 2012.

Rosália Lemos - Militante feminista, vinculada ao Partido dos Trabalhadores. Participou ativamente do processo de criação da CODIM da qual foi a primeira coordenadora. Entrevistada em 03 de maio de 2012.

Ângela Fernandes – Militante feminista, também ligada ao Partido dos Trabalhadores. Importante personagem no movimento feminista de Niterói que desembocou na implantação da CODIM. Entrevistada dia 04 de maio de 2012.

Vera Sixel – Subdelegada do Trabalho, em Niterói, militante feminista ligada ao PT. Membro do Grupo de Mulheres Silvia Thomé. Participante do processo de criação da CODIM. Entrevistada dia 30 de maio de 2012.

Satie Mizubuti – Professora aposentada do Instituto de Geociências/Departamento de Geografia da UFF. Importante figura política em Niterói, foi vereadora em 1988, hoje é Coordenadora da CODIM. Entrevistada em 10 de julho de 2012.

Cenira Duarte Braga – Professora Assistente da Escola de Serviço Social/UFF. Participante ativa do movimento feminista de Niterói. Ainda que não tenhamos realizado propriamente uma entrevista com ela, suas lembranças foram muito importantes para traçarmos o cenário político da época e delinear as possíveis entrevistadas.

A partir das falas de nossas entrevistadas, chegamos ao nome de *Godofredo Pinto*, que era prefeito quando da criação da CODIM, e consideramos importante ouvir suas observações para complementar este trabalho.

2. 1 MONTANDO O CENÁRIO

No cenário da sociedade brasileira, já na entrada de 1980, deparamo-nos com diversos e ambíguos movimentos se processando. Por um lado, a conjunção de crises financeira internacional e fiscal do estado, e por outro, a transição política da Nova República (1979-1985), que marca o renascimento dos movimentos da sociedade civil organizada. Havia pressões de toda a sociedade em virtude do fortalecimento dos movimentos sociais, uma vez que o cenário era de saída de um regime ditatorial.

Ao analisarmos o momento de efervescência do período de Abertura Política, após mais de duas décadas de governo ditatorial, tendo como panorama o movimento feminista, mais especificamente o de Niterói, podemos observar que as mulheres estiveram em constante

ação reivindicando questões mais gerais como as lutas contra a carestia, pela anistia e por eleições livres, mas também se envolveram em discussões para as questões consideradas específicas das mulheres, como a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher.

O movimento feminista fluminense organizou vários congressos e encontros no âmbito do estado do Rio, em conjunto com o movimento de mulheres, que lhe possibilitou construir uma pauta de reivindicações e estratégias comuns, expressos em seus protestos através de vários recursos: manifestações de rua, abaixo-assinado, artigos publicados em jornais e revistas de grande porte, entrevistas concedidas aos meios de comunicação (jornais, revistas, televisão), distribuição de cartilhas, panfletos e manifestos, sobre os temas específicos da mulher, dentre os quais, a violência contra a mulher.

Em julho de 1980, ocorreu o I Congresso da Mulher Fluminense, realizado no sindicato dos metalúrgicos, na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento, segundo seu panfleto de divulgação foi:

Organizado por várias entidades do Rio de Janeiro – departamentos femininos de sindicatos, associações de moradores, associações profissionais, grupos de mulheres de favelas e grupos feministas. O que a gente pretende no Congresso é saber a quantas anda a mulher no Rio de Janeiro e estimular a mulher a sair detrás do pano e participar. (Panfleto, [1980])

Ainda no início da década de 1980 houve o II Congresso da Mulher Fluminense e o Congresso de Criação da Federação de Mulheres Fluminenses. Além desses encontros, em que o tema da violência contra a mulher era ponto de discussão, o movimento feminista do estado do Rio, em 1980, através do Coletivo de Mulheres/RJ, do Grupo Feminista do Rio, da Sociedade Brasil Mulher/RJ e do Centro da Mulher Brasileira/Niterói, lança o manifesto “Quem ama não mata!” com o subtítulo “Eloísa Ballesteros Stancioli e Maria Regina Santos de Souza Rocha, assassinadas pelos próprios maridos, Belo Horizonte, julho/agosto, 1980.”

A compreensão de que essa violência é um comportamento baseado nas diferenças de gênero e a existência de uma articulação nacional do movimento feminista, expresso, por exemplo na realização de congressos nacionais fortalecia a ação de denúncia nos diversos estados da federação, possibilitando inclusive que o movimento fluminense denunciasse os assassinatos ocorridos no estado de Minas Gerais, com o manifesto “Quem ama não mata!”:

“Nos, Feministas do Rio de Janeiro, repudiamos esses assassinatos e protestamos contra todas as formas de violência que sofremos no nosso dia a dia, lembrando que esses crimes acontecem com mulheres de todas as

classes sociais embora só cheguem às manchetes dos jornais quando se trata de mulheres de classe média alta. (...) Manifestamos nossa solidariedade às mulheres mineiras que iniciaram um movimento de luta contra todas as formas de violência que recaem sobre nós, mulheres. Que todas nós lutemos juntas em defesa de nossos direitos fundamentais de autonomia e liberdade! (Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, 19807)

Sobre os crimes julgados segundo a tese da “legítima defesa da honra”, o manifesto mostra a posição do movimento.

“Não vamos admitir que, sob a alegação de uma “pretensa defesa da honra”, tentem se transformar as vítimas em réus, como no caso Doca Street, baseado na exploração dos sentimentos e da vida mais íntima dessas mulheres. Não vamos admitir que mais uma vez se tentem negar o direito de dispor livremente sobre nossa vida, sobre nosso corpo. (Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, 1980)

Em 1981, o movimento feminista fluminense elaborou o abaixo-assinado “Mulher, você pode ser a próxima vítima! Não à impunidade dos assassinos de mulheres. Abaixo a ‘Legítima Defesa da Honra’”.

Essa luta se tornou central também na cidade de Niterói. Arruda (2005) afirma que no editorial de Centro da Mulher Brasileira divulgado em maio de 1981 (Ano I, nº I), denunciavam-se casos de mulheres assassinadas entre elas personagens conhecidas pela sociedade niteroiense, como Silvia Albernaz e casos como o de Chustel Johnston, que, depois de ter sido ameaçada durante dois anos pelo ex-marido, foi por ele assassinada.

Já havia, antes de 1980, entre as mulheres de Niterói, uma grande preocupação com a questão da violência sofrida em virtude das relações desiguais de gênero. Mas foi a partir desse ano, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) que, segundo Vera Sixel, as mulheres militantes do movimento feminista de Niterói passaram a ter um “ponto para se abrigarem”. Isso não quer dizer que somente mulheres ligadas ao PT fizeram parte desse processo.

“Não vamos dizer que essa discussão seja exclusiva de mulheres do Partido dos Trabalhadores, não. N mulheres de outros partidos, mulheres apartidárias, mulheres feministas estavam nessa luta. (...) Então começou-se (sic) uma discussão. Aí, em 1984 ou 1988, nesse período nós começamos a discutir a necessidade de criar um Conselho de Mulheres ou uma

7 As falas do manifesto foram retiradas do artigo de LUCIENE ALCINDA DE MEDEIROS “Quem Ama Não Mata”: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo”, disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995_ARQUIVO_ArtigoAnpuhNacional.2011.pdf

Coordenadoria de Mulheres ou uma Delegacia de Mulheres, alguma coisa assim.” (Vera Sixel)

É importante observarmos a forma como as mulheres foram se articulando para exigir do poder público que suas demandas entrassem na agenda governamental. Arruda (2005) afirma que a investigação da dimensão partidária

“torna-se importante para identificarmos muitas das lutas que aí foram travadas. Os partidos políticos que foram extintos no período do governo militar, de 1964 aos anos 1980, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e novos partidos que se consolidaram a partir deste novo contexto político, trazem através de suas militâncias importantes contribuições.” (ARRUDA, 2005, p 27)

Estavam presentes, então, mulheres egressas do Partido Comunista Brasileiro e mulheres vinculadas a partidos que se fortaleciam naquele momento como Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrata Trabalhista (PDT). “E eram várias reuniões de mulheres, com mulheres de vários partidos” (Vera Sixel). Essas mulheres buscaram espaços para discutir o que era entendido como suas questões específicas.

Nós nos reuníamos na sede do PT, na Rua São João. (...) Não tinha essa preocupação de quem que está mexendo com isso são mulheres do PT. Não, não tinha essa preocupação, era no geral. Mas basicamente a gente se reunia na sede do PT, e conversávamos sobre alguma coisa, mas não se tinha nome, não se discutia nome ainda, não se discutia quem ia coordenar, quem ia ser secretária, quem ia ser o quê. Se discutia a necessidade da criação desse órgão. Muito interessante, porque todas as opiniões convergiam para a necessidade da criação de alguma coisa. (Ângela Fernandes)

No Brasil, a partir da década de 1980, foram formuladas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, em virtude da pressão do movimento feminista. Com e apesar das diversas tendências no interior do movimento, foi possível construir uma agenda comum de reivindicações ao Estado, pautada no pressuposto de que o processo democrático só é possível na perspectiva da promoção da igualdade entre os homens e as mulheres.

A criação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) e a criação dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher eram a principal pauta dessa agenda, tanto no âmbito federal, quanto no estadual. Em Niterói, houve um reflexo forte da efervescência desse momento.

Aí (na década de 1980) nós conseguimos trazer – lá atrás – a primeira Delegacia de Mulheres para Niterói. Então ali era o nascedouro de um espaço institucionalizado de defesa de mulheres, porque a gente sabia que a mulher sofria violência doméstica. Quer dizer, hoje, graças a Deus tem a Lei Maria da Penha que deixa tudo mais transparente. Então naquele momento, havia várias mulheres... Felisberta, Maria Célia também que estava nessa luta, a Satiê, que hoje é a secretária; a Rosália, que foi a primeira coordenadora de mulheres de Niterói. E essa luta veio por muito tempo. Foi criado um conselho... lá atrás foi criado um conselho(...) (Vera Sixel)

Pode-se afirmar que a criação da Deam de Niterói foi uma demanda do movimento feminista do município. No entanto, as discussões a respeito de quem assumiria o cargo de delegado – se uma mulher ou um homem – trouxeram sérias rupturas ao movimento. Havia grupos divergentes, um, composto por advogadas locais, aceitava a indicação de um delegado homem. Conforme a advogada Eliane Nemer, em entrevista concedida à Arruda (2005), tal posicionamento se justifica uma vez que “... de certa forma, ele já estava ali na delegacia e, lá mesmo tinha a luta do nosso grupo para que fosse uma mulher. Isso gerou lutas internas partidárias, uma certa partidarização do movimento, mas também da própria luta interna de poder das mulheres”, Grupos de mulheres vinculadas a partidos políticos como o PT e o PTD defendiam a realização de concurso público imediato para provimento do cargo de delegada para a Deam. Na impossibilidade de haver consenso a esse respeito, algumas mulheres representativas resolveram se afastar do movimento.

Em 30 de dezembro de 1986, assume o cargo de delegado da Deam/Niterói Ivo Raposo, em que ficou até 29/10/1987. Depois, então, apesar da pressão do movimento feminista assume o cargo, René Xavier Barreto. A Deam de Niterói só foi comandada por uma delegada mulher em 1991, depois da promulgação da Constituição de 1988.

“O primeiro delegado titular da Deam/Niterói foi efetivamente um homem. Ivo Raposo ficou no mandato de 30/12/1986 a 29/10/1987. Depois, a Deam/Niterói teve como delegado titular outro homem, René Barreto, no período de 30/10/1987 a 26/03/1991.(...) Através de notícias veiculadas na mídia e de alguns relatos, constatamos que as reivindicações feministas em torno da ocupação do cargo de delegado por uma mulher continuaram sendo feitas, tanto no período do delegado Ivo Raposo quanto do (sic) delegado René Barreto.” (ARRUDA, 2005, p. 53)

De 1991 a 1995, sob o comando da Delegada Tânia Maria Menezes do Nascimento, existia um grande intercâmbio entre a Deam e os outros órgãos de atendimento à mulher em situação de violência de Niterói, como a OAB Mulher e o Hospital Universitário Antônio

Pedro. Mas, de acordo com Cenira Braga, os movimentos feministas, com o tempo, perderam contato com esta Deam, principalmente a partir do fim do mandato da delegada Tânia.

Em 1989, a professora Satie Mizubuti foi eleita vereadora pelo PDT, com apoio do movimento feminista e dos professores da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 1991, elabora o projeto de lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, apoiada pelo Fórum de Mulheres - que fora criado em 1986 e retomado em seu mandato. Segundo a própria Satie, em entrevista à Arruda (2005): “Antes de apresentar esse projeto, a gente entendeu que não bastava criar uma lei no papel, era necessário que as mulheres na cidade estivessem mobilizadas, que elas assumissem a condução do movimento, e não eu como vereadora.”

Ainda segundo Satie,

Criamos um Fórum de Mulheres, e esse fórum foi muito agitado, com muita briga, muito desentendimento, muita confusão, mas a gente conseguiu encaminhar lá um projeto de lei que propunha a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. (...) E o Conselho se formou(...)

Mas, em virtude de o gabinete da vereadora Satie, do PDT, ser o espaço onde as mulheres de Niterói começaram a discutir a organização do Conselho da Mulher, questões políticas podiam afastar algumas mulheres desse processo. Cabe refletir aqui que, pelo que se pôde perceber a partir das falas das entrevistadas, que as discussões tanto sobre a criação do conselho quanto, posteriormente, sobre a criação da CODIM sempre estiveram atreladas a espaços partidários, e conseqüentemente à luta pelo poder – ainda que as entrevistadas digam que não fazia diferença, que estavam “presentes mulheres de muitos partidos”. (Vera Sixel)

Nesse período, houve outra questão que gerou dissenso entre as feministas. Nas discussões do Fórum Feminista, sobre a criação do Conselho, um grupo defendia que apenas mulheres feministas deveriam participar das reuniões do Fórum – que aconteciam às segundas-feiras -, e outro grupo apoiava a participação de outros movimentos que contassem, entre seus integrantes, com mulheres. Mais divergências aconteceram, mas o Conselho foi criado, em 1992.

Segundo Suely Costa, participante do Fórum e militante feminista na época, em entrevista concedida a Arruda (2005), a disputa política entre mulheres do PT e do PDT acarretou na desarticulação do Conselho.

“No caso de Niterói (eu participei da criação do Conselho de Niterói), havia uma disputa PDT e PT muito forte, e o PDT realmente ficou com uma maior parcela da representatividade do conselho.” (Suely em entrevista concedida à ARRUDA, 2005, p. 61)

Para Rosália Lemos, que também fazia parte do Fórum Feminista, as discussões eram realmente muito acirradas e tinham mesmo fundo político, assim como a formação do Conselho.

“E aí numa das reuniões, na reunião de formação do Conselho em 1991, eu falei assim: - ‘Olha só, gente, nós, do PT, não vamos continuar nesse processo. (...) Nós vamos sair disso.’ E nós saímos. A gente não fez a composição do primeiro conselho, porque a gente entendeu que aquele processo era totalmente masculino, de disputa em vão, entendeu, e a gente não ficou.” (Rosália Lemos)

Fica claro, analisando o discurso das entrevistadas, que as relações entre as mulheres, apesar da aparente harmonia, são marcadas por tensões muito fortes e disputas muito acirradas pelo poder. Outro exemplo disso, foi o ‘fracasso’ da implantação do primeiro abrigo para mulheres e seus filhos menores, também projeto da vereadora Satie Mizubuti. Segundo ela:

(...) a gente encaminhou outro projeto de lei, criando o primeiro abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores. (...) conseguimos fazer convênio entre a prefeitura de Niterói e o governo estadual para a construção do abrigo para mulheres. O abrigo funcionaria dentro da DEAM [por se tratar de um lugar seguro](...). Olha, chegou a ser mobiliado aquele canto, mas não recebeu nenhuma mulher e nenhuma criança porque houve muitos conflitos internos de grupos de mulheres, e foi uma experiência até difícil que eu vivi na câmara.(Satie Mizubuti)

Sobre a desestruturação do Conselho, Eliane Nemer enfatiza que as mulheres não souberam lidar com as divergências; e Cenira Braga diz que o conselho começou a se desmobilizar e se desfez devido a lutas partidárias e de poder do movimento de mulheres. O que, segundo Costa (2003) foi, e ainda é, uma característica do movimento feminista, embora muitas vezes essas divergências sejam encobertas. Os movimentos feministas, assim como a maioria dos movimentos sociais, também são fontes de disputas, que se dão em virtude da pluralidade de relações de poder e de dominação também presentes nas formas de convivência de mulheres com mulheres.

Ainda segundo Costa (2009) “Sob a simbologia da ‘sororidade’⁸, conceberam-se conceitos sobre processos identitários “naturalmente” vividos pelas mulheres em suas relações entre si, moldados por sentimentos e sensibilidades inclusive das mulheres feministas de diferentes tempos forjados, sobretudo, na experiência da maternidade vista como ‘igual’ para todas.” (COSTA, 2009, p. 4) Esse sentimento seria a mola propulsora para que mulheres, com os mais diversos interesses, se irmanassem na luta para fins comuns e depois, devido à divergência de interesses outros, se dissipassem.

A Deam de Niterói, então, ficou desenvolvendo seu trabalho isoladamente após a desmobilização do Conselho e a saída da delegada Tânia. Segundo o jornal *O Fluminense* durante os quatro anos em que Tânia esteve à frente da DEAM de Niterói, o número de denúncias de violência contra a mulher aumentou significativamente. Assassinatos de mulheres, porém, continuaram acontecendo, o que levou muitas mulheres de volta às ruas de Niterói.

“Mas,(...) quando foi assassinada a jornalista Sílvia Thomé⁹ [1994/1995]- eu me arrepio até hoje ao falar sobre isso - uma brava companheira, companheira histórica na cidade, companheira histórica no Partido dos Trabalhadores, eu comecei a me envolver mais no movimento feminista de Niterói. (...) eu me vi na obrigação, enquanto mulher, de me envolver cada vez mais. Fizemos parte de uma passeata em busca dos assassinos, fizemos parte de um grande movimento que houve na praça Arariboia, pedindo que a polícia tentasse, de todas as formas, descobrir os assassinos da brava guerreira, companheira, saudosa Silvia Thomé.” (Ângela Fernandes)

Apesar das diferenças e de certo refluxo do movimento de mulheres de Niterói (e do país) na década de 1990, as mulheres continuaram se reunindo na sede do PT para discutir suas questões e iniciaram um debate sobre a criação de um órgão que atendesse mais diretamente a mulher vítima de violência. Algumas mulheres do Núcleo de Mulheres do PT foram a São Paulo a fim de conhecer o trabalho da Secretaria de Mulheres daquele estado.

“Ainda enquanto Núcleo de Mulheres do PT, fomos conhecer o trabalho que é muito bom em SP, na Secretaria de Mulheres em São Paulo. Fomos conhecer o abrigo, o espaço de atendimento. Nessa época ainda não existia a CODIM. Nós fomos visitar porque a gente queria saber o que a gente queria

8 Segundo Costa (2009), o termo ‘sororidade’ remete a certa irmandade entre as mulheres, que leva à cumplicidade entre elas no movimento feminista. Muitas vezes o termo parece ter a conotação de harmonia e homogeneidade entre as mulheres. Essa conotação é muito criticada, porque não considera a evidência de que as mulheres se diferenciam e conflitam entre si.

9 A jornalista Sylvania Thomé foi assassinada, entre 1994 e 1995, ao sair de trailer na Praia de Piratininga, na região Oceânica de Niterói. O crime até hoje continua insolúvel, mas a polícia acredita que ela também tenha sido vítima de um professor de capoeira, conhecido como o Maníaco de Piratininga, que acabou condenado a 22 anos de prisão, pelo assassinato de uma adolescente, também em Niterói.

para a cidade nessa questão de gênero. (...) fomos a São Paulo para conhecer. E foi muito interessante. O trabalho deles é muito interessante.” (Vera Sixel)

Segundo Ângela Fernandes, eram muitas as mulheres que se reuniam nesse período, na busca de soluções para o problema da violência contra a mulher. Discutiam a criação de uma instituição que pudesse atender efetivamente, de forma mais global as mulheres vítima de violência. O que, para Rosália, tornou-se um compromisso político do Partido dos Trabalhadores.

2.2 A CRIAÇÃO DA CODIM

Em 2002, Godofredo Pinto do PT, que então era o vice-prefeito, assume a prefeitura de Niterói, em virtude do afastamento do prefeito Jorge Roberto Silveira, do PDT – foi a primeira vez de uma chapa conjunta em Niterói - que concorreu ao governo do estado do Rio. Para Godofredo as tensões inerentes a partidos díspares eram administráveis:

“(...) eu era o vice-prefeito do Jorge, havia uma aliança política, claro que toda aliança tem suas tensões, mas existem tensões dentro do próprio partido em que a gente milita, (...) Mas, se não me engano, eu não me lembro exatamente o ano e o mês em que a CODIM foi criada, mas foi no meu primeiro governo. Estávamos em plena aliança com Jorge, eu me surpreendi em 2004 ele, o PDT rompeu, porque tudo indicava que a parceria ia continuar.” (Godofredo Pinto. Entrevista concedida em 10 de julho de 2012)

Essa aliança entre PT e PDT só se abalaria, segundo Godofredo, em 2004, ano de eleições municipais. Os dois partidos foram adversários no segundo turno, e o PT saiu vitorioso. Em 2005, o PDT passa, então, a ser oposição ao governo na Câmara Municipal. Para o então prefeito, a tensão política entre esses dois partidos se intensifica a partir desse episódio: *“Aí ganhei com 65% dos votos, com grande facilidade. E aí o PDT passou a ser oposição a mim. A partir de 2005, na Câmara, o PDT passou a ser oposição(...)”* (Godofredo Pinto)

Sabendo da demanda do movimento feminista e principalmente do Núcleo de Mulheres de PT, Godofredo Pinto assume o compromisso de criar uma Coordenadoria dos Direitos da Mulher. O que, segundo Rosália, é compromisso do Partido dos Trabalhadores: *“Esse é um compromisso nosso [do PT], né? Enquanto militante, enquanto partido político de fazer políticas públicas voltadas para as chamadas minorias sociais.”*

Já Godofredo confere também ao PDT e a outros partidos a responsabilidade pela criação da CODIM, uma vez que sua primeira gestão, segundo ele, foi marcada por uma aliança entre os dois partidos.

(...) foi uma conquista a partir do nosso governo e da mobilização dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, do PT e de outros, muitas pessoas do PDT(...). Mas o PDT tinha muita gente. (Godofredo Pinto)

Sobre essa discussão a respeito dos motivos que levaram à criação da CODIM, porém, Satie Mizubuti, que já era militante ativa do PDT na época, afirma não ter conhecimento e afirma ainda que esse órgão foi criado simultaneamente à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – política de governo do PT – e que foi uma consequência dessa política de nível federal que se espalhou por todo o país, nos estados e municípios, principalmente aqueles que, na época eram governados pelo Partido dos Trabalhadores.

[A CODIM foi criada] Porque Lula era presidente, PT, e aqui era prefeitura do PT. E o prefeito da época que era o professor Godofredo Pinto, ele tinha, assim, muito trânsito em Brasília, ele e muita gente, obviamente, não só prefeitos e governadores do PT, (...) mas as prefeituras do PT acabavam recebendo, digamos, mais atenção, por essa proximidade até pessoal, essa facilidade. Então quando foi criada em Brasília a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, aqui se criou também este órgão que se chama Coordenação dos Direitos da Mulher. Foi simultâneo. (Satie Mizubuti)

Já Vera Sixel é enfática ao afirmar que

Nesse momento, ele [Godofredo] se comprometeu a criar a Coordenadoria, porque nós já vínhamos discutindo dentro do partido. Agora não era mais uma questão de todas, era uma questão de dentro do partido. Nós reunimos (*sic*), criamos um movimento de mulheres, criamos um Núcleo de Mulheres no PT. E quando ele assumiu, né, o compromisso foi que em 8 de março ele criaria a CODIM. E realmente isso foi feito(...)" (Vera Sixel)

Para Ângela Fernandes, a CODIM surge também de uma ansiedade das mulheres de Niterói em se sentirem mais seguras ou mesmo acolhidas quando vítimas de violência, mas que o Núcleo de Mulheres do PT foi fundamental para a criação da Coordenadoria.

“Eu acho que foi a partir do movimento de mulheres do PT, mas havia uma ansiedade muito grande das mulheres em geral. (...) E eu acho que muito a nossa ansiedade de ter, não vou dizer CODIM, mas alguma coisa, algum órgão envolvido diretamente em preservar, em trabalhar em prol das

mulheres. Eu acho que foi um todo, eu não vou te dizer especificamente, claro que o movimento de mulheres do PT teve influência bastante grande.” (Ângela Fernandes)

Podemos perceber pelas falas de Ângela que essa ansiedade era intensificada com as notícias que eram veiculadas nos jornais e na televisão sobre assassinatos, espancamentos, assaltos, estupros e outros tipos de violência dos quais as mulheres eram vítimas. Nesse momento, podemos dizer também que o movimento de mulheres de Niterói vivia um certo refluxo. E, embora, já se percebesse a pluralidade de interesses e perspectivas dentro do movimento feminista, o que aparece nas falas é que teria ocorrido certo sentimento de “sororidade” entre as mulheres, para que a CODIM fosse criada e obtivesse sucesso. Isso fica claro também pelas falas de Rosália Lemos:

“Imediatamente, assim, no que o Godofredo sinaliza a CODIM, a gente começa a nossa rede, da UFF, Marilza Medina, Cenira, Rita, Ismênia, a Aydil. Então a gente começa a articular, e tem uma coisa interessante que é a solidariedade feminina, não é nem solidariedade feminista, não. É solidariedade feminina. – “Vai criar uma coisa pra mulher! É uma coisa que nos interessa! A gente tá querendo abrir isso! Vamos lá!” Então, teve essa... eu acho que foi sensibilidade com boa vontade, porque o mulheril todo veio.”(Rosália Lemos)

No entanto, ainda segundo Rosália, a demanda para a criação da CODIM foi muito mais do Núcleo de Mulheres do PT do que de qualquer outra. E sua implementação só foi possível porque o Partido dos Trabalhadores estava à frente da prefeitura de Niterói.

“Mas o pessoal do PDT..., aí você me pergunta: - ‘O Jorge Roberto Silveira ficou na prefeitura por 16 anos. Ele fez o quê em relação à política para mulher?... Nada. Onde estavam essas mulheres, né, do PDT, que se diziam feministas, para implementar política para mulher? Não estavam preocupadas. Essa preocupação é uma demanda partidária do PT. Isso aí é nosso. (...). Então essa era uma demanda nossa e forte nossa. E a gente, com toda a diferença que existia entre nós, porque existia diferença interna no partido, nós nos unimos e fizemos a Coordenação ser uma vitória, ser um sucesso.” (Rosália Lemos)

Cabe um questionamento sobre a possível “solidariedade feminina”, que comumente é citada pelas entrevistadas e a que Rosália fez alusão, uma vez que se percebe nitidamente a partir de sua fala a disputa política entre as mulheres do PT e do PDT. Na verdade, é importante compreender que se trata de um campo de disputas e contradições.

É oportuno apontar para as lembranças e para a visão que, o então prefeito, Godofredo Pinto tem sobre o contexto da época e sobre os motivos pelos quais a CODIM surgiu

Quer dizer, eu já, como uma pessoa de esquerda, eu já tinha uma visão há muitos anos, quer dizer, eu apoiava (...). Então eu sempre participava das mobilizações de mulher, Dia Internacional da Mulher, eu tinha uma mulher militante. Então, na verdade, isso pra mim era ponto pacífico, que, em sendo governo, o dia em que eu assumisse o governo, eu ia fazer uma política pública voltada para a mulher. Não precisou vir nenhuma mulher pra mim, me sugerir isso. Isso pra mim, já estava... no ideário de um cara da esquerda. (Godofredo Pinto)

Embora Godofredo reconheça a participação das mulheres nas discussões para organizar o programa de governo no sentido de consolidar uma política voltada para a mulher em Niterói, em sua opinião, esse compromisso já existia em sua prática de militante. O que se pode inferir na leitura de suas falas é que essas mulheres tiveram maior importância na organização da CODIM enquanto projeto.

Mas uma coisa é você saber que vai fazer, outra coisa é você ter, como tinha e teve, um grupo de mulheres no PT, que depois agregou na sociedade, que organizou... Uma coisa é dizer: -“Não, eu vou ter uma política pública de valorização da mulher”, outra coisa é botar no papel, como estruturar, como é que seria a coordenadoria... Isso foram elas que fizeram, que deram corpo a essa ideia que eu tinha de ter uma política pública voltada para elas. (Godofredo Pinto)

Aqui, faz-se necessária uma reflexão instigada por Satie Mizubuti. Se é bandeira dos partidos da esquerda democrática no Brasil, inclusive do PT, *“a igualdade de direitos de oportunidades, e de possibilidades na vida entre os seres humanos, independente de sexo, raça, etnia, religião etc (...). E como as mulheres eram um amplo setor social, historicamente discriminado, havia de ter uma política própria, específica, pra dar conta da igualdade de direitos (...)”* (Godofredo Pinto), por que criar uma Coordenação ligada ao gabinete do prefeito, e não uma Secretaria Municipal? Se política para mulheres é mesmo tão relevante para o Partido dos Trabalhadores, por que não criar um Ministério de Políticas para as Mulheres em vez de uma Secretaria (SPM) com status de Ministério?

De forma geral, parece que o que aconteceu em Brasília, com a Criação da SPM, se reproduziu de cima para baixo, *“nos governos estaduais, raros são os governos que criaram, dentro do seu aparato, a política das mulheres como uma secretaria.”* (Satie Mizubuti) No estado do Rio de Janeiro, foi criada como Superintendência, ou seja, existe a Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, as Subsecretarias e, abaixo, as Superintendências. Para

Satie, pela forma como surgiram essas políticas, ficou caracterizada *“ainda, uma desvalorização da mulher, uma falta de sensibilidade ou de compromisso com a e da mulher, quando se cria Ministério da Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca, todos pra fazer a mesma coisa, mas política para as mulheres se criou como algo menor.”* Segundo a entrevistada, somente no estado de Pernambuco foi criada uma Secretaria da Mulher, inclusive muito atuante.

Voltando-nos para o debate político, é importante notar que, embora não se tenha criado uma Secretaria da Mulher em Niterói durante o governo do PT e a CODIM seja, realmente, muito frágil, como enfatiza Satie Mizubuti, também no governo PDT, nos últimos quatro anos, isso não foi feito. Conforme a coordenadora da CODIM,

Aqui é uma coordenação, ligada ao gabinete do prefeito, agora, este ano que o prefeito tinha assumido o compromisso de transformar numa secretaria, que eu fiz um projeto, levei e tal... Mas aí houve outros problemas e ficou para o ano que vem, se o governo fizer sucessão, mas possivelmente todos os outros candidatos vão assumir, porque o Conselho da Mulher daqui que, agora é um conselho bastante... de gente qualificada, está com uma proposta de elaborar um projeto, não só de transformar esse órgão numa secretaria com uma estrutura que possa funcionar bem, e também para ampliar outros centros de atendimento pelo território, né? (Satie Mizubuti)

O que se pode perceber, a partir das falas da maioria das entrevistadas, é que, apesar de as feministas de Niterói terem consciência da gravidade da situação relacionada à violência contra a mulher no município, o que realmente levou à criação da CODIM foi menos a demanda das mulheres de Niterói e mais uma demanda dos movimentos organizados, especialmente das mulheres vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Associado a isso é importante enfatizar a vontade política do governo petista em promover políticas públicas voltadas para a mulher vítima de violência: *“Então teve a sensibilidade do gestor, porque também tem que ter isso, porque tem a demanda, mas se o cara não for sensível, ferrou... você não faz a política. Isso foi fantástico!”*

No entanto, apesar da ‘sensibilidade’ e da vontade política do prefeito, não foi criada uma Secretaria da Mulher - embora, segundo Rosália Lemos, o cargo da coordenadora fosse equivalente ao de um secretário de governo – e mesmo a CODIM, foi criada por meio de decreto, portanto, é uma política instável: *“Até onde eu tenho conhecimento, o prefeito fez um decreto e criou. Agora, o Conselho, que veio bastante depois, foi criado por lei, passou pela Câmara Municipal. E lei fica, né? Decreto pode ser derrubado a qualquer momento. Mas o órgão aqui foi criado por decreto(...)”*

Para Rosália, para o sucesso da implementação da CODIM o fato de o governo contar com a atuação de um número expressivo de mulheres nos primeiro e segundo escalões foi fundamental. Então, assim que houve a sinalização da criação da CODIM,

“Vieram as mulheres do governo, porque foi um dado interessante que tem muito a ver com o discurso do PT, com as mulheres do PT, que o Godofredo, no primeiro secretariado dele, nós éramos 33% de mulheres, no primeiro e no segundo escalão. Cara, era fantástico! Então, essas mulheres... nós tínhamos uma coisa que era a reunião das poderosas. Nós mulheres, jantávamos todo dia do mês... Nós sentávamos no restaurante para discutir as nossas pastas, educação, esporte, mulheres... Nós fazíamos ações integradas tanto é que era fácil reunir pra organizar isso.” (Rosália Lemos).

Isso é confirmado pela fala de Ângela Fernandes. Que considera isso um elemento facilitador para que se estabelecessem políticas públicas voltadas para a mulher.

Sim. O prefeito de Niterói era, não ainda ele ainda é, mas era do Partido dos Trabalhadores. E nós, mulheres, algumas, ocupavam cargos tal na prefeitura, eu acho que foi até mais fácil convenceremos o poder público da necessidade de ter um organismo voltado para a mulher. (Ângela Fernandes)

Observando as falas de todas as entrevistadas que estiveram envolvidas no processo de criação da CODIM é notório que, devido à CODIM ser uma política pública do Partido dos Trabalhadores, nada mais justo – no entendimento destas - que alguém do próprio PT para estar à frente desse projeto. O que chama a atenção nas falas das entrevistadas é que TODAS as mulheres envolvidas fecharam no nome de Rosália Lemos para essa Coordenação.

“Muito interessante, porque todas as opiniões convergiam para a necessidade da criação de alguma coisa e todas as mulheres, e estou dizendo TODAS, sem exceção diziam que quem tinha que coordenar era Rosália Lemos, todas, independente dos partidos.” (Ângela Fernandes)

“Aí elas [as mulheres do PT] disseram: -‘ Não. A gente precisa que você vá para esse cargo, porque se você não for vai ficar difícil, que a gente não tem o perfil de alguém que tenha condições de montar um trabalho como esse.’ Aí, é claro que eu me senti lisonjeada, ego massageado e acabei assumindo o desafio de estar na Coordenação de Mulheres.” (Rosália Lemos)

Também Godofredo Pinto entendia “*de dar a direção, encaminhar a direção da CODIM para pessoas que tivessem uma militância na questão da luta da mulher, no caso da Rosália, era da mulher e do movimento negro (...)*” (Godofredo Pinto)

Assim, a CODIM foi criada no dia 08 de março de 2003, sábado de carnaval. A reunião para se decidir sobre a sua coordenação foi na sexta-feira dia 07 de março do mesmo ano. A primeira coordenadora da CODIM afirma que o início foi muito difícil, que não havia um espaço apropriado para o funcionamento e nem pessoal em número suficiente - a coordenadoria contava com apenas quatro funcionários a princípio. Mas que com o tempo e a partir de muita negociação política, o projeto foi se consolidando:

“[A CODIM] funcionava na sala da Ângela Fernandes, emprestada. Depois eu fui pra uma salinha na Assistência Social, emprestada. Depois eu aluguei... era lindo aquele lugar, né? naquela loja. Aluguei uma loja, liiinnda. Reforma de primeira, todas as salas com aquele spleet(?) da última geração, mini-auditório, tudo o que você possa imaginar. Eu deixei a CODIM com onze, onze não doze pessoa, né? Duas advogadas, duas psicólogas, uma assistente social, porque a outra saiu, pessoal do apoio...” (Rosália Lemos)

Segundo Rosália Lemos, o início foi muito complicado porque não havia nem pessoal em número suficiente para um atendimento eficaz, nem espaço para que a CODIM se instalasse. O que se infere das falas é que foi necessária muita articulação política da coordenadora para que a CODIM se tornasse o que é hoje – uma referência no atendimento à mulher em situação de violência. *“O início foi um início como todo início de política pra mulheres... – ‘Não tenho nada, eu não vou te dar nada.’”* Ressalta, ainda, que chegou a sofrer muitas pressões por ser ex-mulher de um militante, Secretário Executivo do Prefeito, seu “braço direito” na época. Essa informação é confirmada por Maria Felisberta Trindade.

Foi muito difícil, porque eu vivia sob pressão política o tempo todo, porque eu era ex-mulher do cara, porque eu era ‘peixinho’, porque eu era protegida... (Rosália Lemos)

Aquelas fofocas, né? As pessoas que diziam... –‘Ah! Rosália conseguia as coisas porque...’ Dando a entender, que Rosália conseguia [apoio, recursos financeiros e aprovação de projetos na Câmara] porque o ex-marido era o braço direito do prefeito. Mas não era por isso, não. A Rosália é brigona.(...) (Felisberta Trindade)

Cabe uma análise acerca questão da ocupação de cargos políticos pela mulher. Goldenberg (1997) discute a questão da dificuldade que as mulheres enfrentam para ocupar cargos de poder. Salienta que, no meio político, são sempre lembradas como a ‘mulher de fulano de tal’, ou a ‘companheira de beltrano’, ou a ‘filha de cicrano’. Apesar de hoje as mulheres poderem transitar com mais facilidade entre o mundo público e o privado, elas ainda são vistas como a ‘sombra’ de um homem, também nos partidos de esquerda. Quando uma

mulher ocupa espaços de poder, é comum não se atribuir essa conquista à sua competência. Ao contrário, essas mulheres são criticadas – tanto por homens como também por mulheres – e, às vezes, acusadas de determinados desvio de conduta para alcançar seus objetivos.

É importante ressaltar que muitas mulheres vieram somar e apoiar Rosália na coordenação da CODIM e foram peças importantes para que esse projeto político tivesse êxito. Sobre essas mulheres, Rosália comenta: *“Então tinha que ter umas guerreiras assim pra poder fazer o enfrentamento comigo, se não como é que eu ia dar conta?”*

Por meio de muita negociação política, outras profissionais – além das quatro primeiras – foram sendo contratadas para compor o grupo da CODIM: advogadas, assistentes sociais, psicólogas e mais pessoas que compunham o grupo de apoio às mulheres vítimas de violência, que recorriam à CODIM. Segundo Rosália, todas essas profissionais passaram por um processo seletivo para serem contratadas.

Porque nós tínhamos seleção, para entrar na CODIM, não era assim não, por indicação da Rosália ou... Mas nós, as advogadas todas que entraram lá, todas com currículo e entrevista, eu não tive uma pressão política para empregar nenhum amigo de vereador.(Rosália Lemos)

As contratações de pessoal foram pensadas de forma a atender a mulher vítima de violência de forma interdisciplinar, por se entender que essa mulher chega também com a demanda educacional, social, psicológica, jurídica, de cidadania, entre outras. Porque a violência contra a mulher apresenta várias facetas, e entendia-se que uma profissional com apenas uma formação não daria conta de tantas demandas.

De acordo com Rosália Lemos, apesar da dificuldade, peculiar à estruturação de uma política pública, e dos embates políticos, ela contava com o apoio do prefeito e da Câmara,

Os vereadores me ajudaram e muito, não cortaram nenhum dinheiro que eu tenha pedido, todas as vezes que eu tive que usar a câmara eles me autorizaram a usar, aprovou conselho da mulher por unanimidade, fizeram homenagem pra mim, então eu não tenho o que reclamar de vereador. (Rosália Lemos)

E a CODIM foi se consolidando, graças ao trabalho da equipe que foi sendo formada. Eram feitas reuniões com os secretários de diversas secretarias para se organizarem eventos, no município, voltados à questão da mulher:

(...) eu lembro que eu fazia a reunião para organizar o 8 de março em dezembro. Assim, a primeira reunião, eu mandava uma carta para todos os setores do governo... pro governo todo eu mandava,(...) a gente tinha a Secretaria da Educação, Secretaria de Trabalho, Secretaria Fazenda, na organização do 8 de março. Claro tem que ter, porque eu vou precisar de dinheiro... tem que estar comigo... Então a gente fazia reunião e o movimento social junto (...) E a gente fazia tudo, e saía. (Rosália Lemos)

Vale ressaltar que, embora já funcionasse em sede própria, a Coordenação não dispunha nem de computador, para o trabalho com as mulheres. Foi preciso que a coordenadora levasse o seu computador pessoal para lá, além de outros instrumentos necessários para o trabalho. Em junho de 2006, a sede da CODIM pegou fogo. Não restou nada e, aparentemente, houve uma grande comoção entre as mulheres, especialmente entre as usuárias da CODIM.

Sabe o que é você ver toda a sua produção. Aquela sede linda... a gente tinha feito uma salinha de trabalho com as mulheres, né? de corpo... com almofadas, tinha carpete... era tão lindo! (emocionada). Tinha flores. Eu tinha R\$ 40.000,00 em livros meus lá dentro. Eu tinha meu computador pessoal, que eu levei no início, eu tinha meu som para a gente fazer o trabalho com as mulheres que eu levei pra lá... tinha tudo o que a gente conseguiu comprar para a CODIM, todos os spleets, um negócio caríssimo que a gente gastou... tudo queimado (com mágoa)... não sobrou nada. (Rosália Lemos)

Um mês depois, a CODIM já tinha outra sede, onde funciona até hoje. Para Rosália, a reestruturação da CODIM se deu de forma muito rápida porque, além de ser um trabalho sério, havia uma grande demanda por parte das mulheres de Niterói.

A equipe de atendimento à mulher da CODIM foi formada, ainda quando Rosália Lemos era a coordenadora, e, embora o partido que está na prefeitura seja o PDT e seja costume, quando há troca de partidos no poder, haver também mudança nas equipes de trabalho, o grupo de profissionais da CODIM continua o mesmo (mesmo numericamente menor): *“até hoje a equipe está lá, porque o pessoal do partido que entrou, é um pessoal que respeitou muito o meu trabalho.”* (Rosália Lemos).

A CODIM esteve sob a coordenação de Rosália Lemos enquanto o PT esteve no governo do município - desde sua criação, em 2003, até 2008. Nesse ano, Jorge Roberto Silveira, do PDT, volta à prefeitura e, então assume a atual coordenadora, Satie Mizubuti.

E agora quando terminou esse período de sete anos, do governo de outro partido em Niterói, que eu fiquei fora, a eleição de 2008, trouxe de volta o prefeito com quem eu tinha começado a militância na cidade partidariamente, que era o Jorge Roberto de PDT. (...) e ele me chamou, para minha surpresa, pedindo que eu assumisse, aqui, a Coordenação. (...) E fiquei meio reticente. (...) Acabei vindo pra cá, e quando eu vim pra cá, por razões de ofício, mergulhei de cabeça, tentando me dedicar exclusivamente a isso, né? (Satie Mizubuti)

Sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho na CODIM, Satie Mizubuti, atual coordenadora, e Rosália Lemos concordam que é muito complicado porque política pública para a mulher ainda é tratada como questão menor. Portanto não se investe o suficiente nesse tipo de política. E isso não é uma característica de Niterói, mas do Brasil de modo geral. Rosália afirma que para conseguir aprovação de projetos na Câmara, era necessária muita negociação política. Para a aprovação do Conselho de Mulheres, por exemplo, a coordenadora negociou com cada um dos vereadores da oposição, além de ir até a Câmara no dia da votação com mulheres militantes pressionar os vereadores. O Conselho, na sua segunda versão, foi aprovado pela Câmara por unanimidade.

Aí a gente rearticula o conselho, faz uma nova legislação para o conselho porque a legislação do conselho era muito ruim, era muito partidarizada, a gente coloca, uma coisa assim que foi fantástica na reformulação do conselho, primeiro que foi aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores. Eu costurei comum por um dos vereadores da oposição. (...) Fui lá negocieei. UNANIMIDADE. Isso é um orgulho da minha gestão. (Rosália Lemos)

A maioria das entrevistadas enfatiza o papel fundamental que Rosália Lemos teve à frente da CODIM – reconhecendo a importância dos sujeitos na construção dos processos sociais. Mesmo Felisberta Trindade, que não participou diretamente de sua criação, mas era Secretária da Educação, na época, afirma que havia um trabalho conjunto entre CODIM e Secretaria de Educação no sentido levar a questão da mulher, inclusive da mulher negra, para as escolas, para capacitar os professores. Faziam-se palestras de conscientização. Felisberta também aponta que :

(...) [Rosália] conquistou alguns recursos. (...) e hoje é uma falta de aparelhamento. E ela conseguiu a sede que está lá... foi conquistada por ela, porque a primeira sede foi queimada. (Felisberta Trindade)
Rosália conseguia envolver outros setores, independente da prefeitura.

A gente via Rosália Lemos em tudo quanto era atividade, sempre até a mídia... os jornais procuravam Rosália porque a procura das mulheres pela CODIM era uma coisa absurdamente grande. Eu sei da batalha –eu falo mais da Rosália porque ela é que estava à frente – da batalha que as mulheres tiveram para que a CODIM funcionasse a contento (...) (Ângela Fernandes)

Felisberta Trindade faz parte desse Conselho, que continua muito ativo. Inclusive tem se reunido para alterar sua legislação e tem discutido no sentido de se criar uma Secretaria de Mulheres em Niterói. Pelo discurso de Satie Mizubuti, depreende-se que a CODIM se transformará nessa Secretaria, porque ela própria elaborou um projeto e encaminhou ao prefeito, que havia se comprometido a fazer a mudança ainda este ano, “... *Mas aí houve outros problemas e ficou para o ano que vem (....).*” (Satie Mizubuti)

Nós estamos discutindo uma nova lei para o Conselho e um novo regimento, porque, se você observar, era a expressão daquele momento, quando foi criado, não é? A legislação que existe... nós estamos trabalhando na lei, nós queremos melhorar no sentido de garantir uma Secretaria da Mulher, nós queremos melhorar, no sentido de garantir... fortalece, né? (Felisberta Trindade)

Podemos perceber que, mesmo em refluxo, o movimento feminista de Niterói continua lutando por políticas públicas que atendam as mulheres de forma mais eficaz e que garantam seus direitos. Porque, ainda que se possa notar que existe uma rede (mesmo que embrionária) em Niterói preocupada com a questão da mulher, muito ainda há que se caminhar. A coordenadora da CODIM aponta diversas dificuldades para que o trabalho da coordenação se dê de forma eficaz. Uma dessas dificuldades é o número de funcionárias disponíveis diariamente. Segundo Satie, a equipe hoje é formada por onze pessoas que trabalham em regime de plantão. No dia da entrevista estavam trabalhando apenas quatro pessoas e, de acordo com a entrevistada, no dia anterior, apenas duas ou três. Isso dificulta, por exemplo, a organização de eventos em datas comemorativas referentes à mulher.

Outra dificuldade, é a situação econômica das mulheres atendidas que, muitas vezes, não dispõem do dinheiro para continuar o atendimento.

Porque as mulheres não têm dinheiro para vir aqui. Então, para elas saírem de várias comunidades e virem aqui, duas três, quatro, cinco vezes, porque a maioria das mulheres precisa de um atendimento continuado. Então muitas delas acabam desistindo porque não têm dinheiro de passagem. O nível de pobreza de uma parcela da população ainda é um limitador, que faz também com que as mulheres que são vítimas de violência permaneçam dentro desse

ciclo de violência, porque são dependentes economicamente. (Satie Mizubuti)

Para Satie, o que também é um obstáculo para o enfrentamento à violência pela CODIM é a dificuldade de se firmar uma parceria com a Secretaria de Educação, no sentido de se trabalhar nas escolas de Niterói a questão da equidade de gênero. Segundo ela, há poucos professores, na rede municipal principalmente, capacitados para isso, e os que existem são pouco valorizados.

Então a gente tem que ter a parceria da educação, e aqui eu tive certa dificuldade de viabilizar. Tentei de várias formas e não foi fácil, não está sendo fácil. (...) Estou aqui há três anos e meio a gente conseguiu outras parcerias com a educação, mas essa coisa de trabalhar gênero na escola. Não é uma tarefa... o professor ou a professora não aprendeu... ela teria que passar por um processo de mudança, não basta uma capacitação teórica, é um processo de mudança interna, para poder passar isso para as crianças. E gente que faz isso muito bem lá, ao que eu saiba, são pouquíssimas e não são valorizadas. (Satie Mizubuti)

A coordenadora considera também que um fator importante para que a violência contra a mulher seja ao menos minimizada é que as mulheres se sintam mais protagonistas. E para Satie, vão conseguir isso por meio da capacitação para o trabalho. No entanto, relata que a CODIM dispõe de poucos recursos financeiros para viabilizar esses cursos.

Eu acho que fundamentalmente por ações de prevenção que passam pela capacitação das mulheres seja para o trabalho, seja para a política, seja para a militância, seja para qualquer coisa elas têm que se sentir mais protagonistas, mais autônomas, e capacitadas para o mundo do trabalho, porque na hora que ela entra numa obra e ela levanta parede com a mesma pá, com a mesma competência de um homem que passa lá, o aparelho e deixa a parede lisinha pintou aquela parede está belíssima, os seus pares não vão olhar para ela como um ser inferior que merece levar um tapa na cara a qualquer momento. Então eu sempre defendi essa tese. Mas nós temos muita dificuldade financeira para tentar viabilizar esses cursos de capacitação, só conseguimos fazer em parceria com outros órgãos, aí saiu. Mas nós aqui, propriamente ditas, fizemos isso muito pouco. E essa é uma das minhas frustrações. (Satie Mizubuti)

Esse discurso pode apontar um conteúdo um pouco “machista” à primeira vista, mas entendo que devemos olhar mais de perto essa questão. Faz tempo que Virgínia Woolf aponta a importância para todas as mulheres de ter um quarto e uma renda. Um quarto como um espaço para si e uma renda como uma forma de manutenção de autonomia. A renda só não

garante, é claro, mas é um elemento estrategicamente fundamental para a autonomia feminina. Assim, podemos ver a preocupação de Satie com o trabalho da mulher e do reconhecimento deste. Porém, apenas quero enfatizar também que em vez de se supervalorizar o trabalho dito masculino, que se respeite o trabalho dito feminino. E que a mulher seja respeitada independente do trabalho que desenvolva. Dessa forma, percebemos que todos nós, homens e mulheres, somos “vítimas” dessa cultura que valoriza excessivamente o mundo masculino em detrimento do feminino. E somente através de uma mudança cultural se conseguirá a consciência da equidade e do respeito.

Diante do exposto, a temática da violência contra a mulher vem se consolidando no campo das políticas públicas, no país, - mais especificamente em Niterói – em consequência de uma luta incansável do movimento feminista do município. No entanto, ainda há muito que se caminhar a fim de se eliminar esse problema

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970 vários contextos, no Brasil, contribuíram para o processo de formulação de políticas públicas de gênero e em específico para as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, tendo o movimento de mulheres e feminista brasileiro ação predominante nesse processo.

A partir do reconhecimento de que a desigualdade entre homens e mulheres não está circunscrita na natureza, portanto é passível de transformação, o movimento exigiu respostas, em todos os níveis, do poder executivo e legislativo. Para tanto, apesar de suas divergências, construiu uma agenda comum de reivindicações pautadas no pressuposto de que o processo democrático deve ser consolidado, também na perspectiva da promoção da igualdade entre homens e mulheres.

No Brasil, durante o processo de redemocratização, o movimento feminista – mais especificamente o fluminense - demonstrou força para responder, através da mobilização e da pressão, aos crimes julgados sob a tese da “legítima defesa da honra” e capacidade de dialogar propositivamente com o Estado.

Desde os anos de 1970, portanto, o movimento em foco influenciou o governo. Nesse contexto, no campo específico da violência contra a mulher, o movimento ‘criou’ os SOS Mulher, os Centros de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, as DEAMs, os Conselhos do Direito da Mulher, as Casas-abrigo, entre outros órgãos especializados no atendimento à mulher vítima de violência.

Diante do exposto, fica evidente que as estratégias de luta foram se diversificando em função no contexto político, social e da correlação de forças existentes em cada momento. O movimento feminista de Niterói atuou tanto no âmbito do executivo quanto no do legislativo, para garantir a efetiva ação do governo na incorporação de suas reivindicações na agenda governamental.

A partir deste estudo, apresentamos uma das faces da luta de mulheres no município de Niterói que gerou a criação da CODIM. Tal estudo possibilita que se retrate um importante panorama contextual, e permite certo desvendamento dos confrontos internos do movimento de mulheres da época, a diversidade de projetos políticos, os impasses, as ambiguidades, os avanços e recuos vividos pelo movimento neste processo.

É importante ressaltar que, apesar da luta e da pressão do movimento feminista de Niterói em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, no município ainda não existe um Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, um Centro de Atendimento à Mulher,

uma Secretaria dos Direitos da Mulher, o que demonstra a insuficiência na implementação de políticas públicas voltadas para esse fim.

Não podemos perder de vista, porém, que os movimentos de mulheres, responsáveis por tantas mudanças que se consagraram na Constituição Federal de 1988, quando foi repudiada toda discriminação racial, étnica e de gênero, fez com que essas conquistas legais se traduzissem em instituições que fossem portas de entrada e apoio às mulheres vítimas de violência. Foi então que se ampliou a luta em defesa de políticas públicas voltadas para essa questão.

Acreditamos que conseguimos, em parte, desvendar as fases políticas, as disputas travadas, para trazer à tona as ambiguidades processadas, que, em parte, permaneciam ocultas no movimento feminista de Niterói. Sem perder de vista a importância desse movimento no sentido de desnaturalizar a violência doméstica.

Acreditamos também que, apesar dos avanços, ainda não conseguimos criar políticas públicas articuladas que garantam a emancipação e a autonomia da mulher; e o redimensionamento de sua história de vida ao sofrer violência. Ainda que seja inegável a maior visibilidade do problema da violência, ainda são necessárias políticas públicas de prevenção da e enfrentamento à violência contra a mulher, com definições orçamentárias e investimento adequado. Pois em relação à construção e manutenção de política pública, percebemos movimentos de continuidades e descontinuidades.

A CODIM, enquanto interlocutora do movimento de mulheres e do movimento feminista de Niterói com a prefeitura, teve papel central na elaboração do projeto do Conselho dos Direitos da Mulher, atuando de forma decisiva junto ao poder legislativo. Tornou-se uma referência no atendimento à mulher vítima de violência na região.

Assim, podemos dizer que, apesar das dificuldades, a CODIM foi uma política exitosa, porque permanece, embora tenha sido criada por um partido e outro partido esteja no poder hoje. No entanto, podemos notar pelas falas de nossas entrevistadas que os investimentos e o apoio na gestão anterior eram maiores do que na atual.

No entanto, o fato de a CODIM ter sido criada por decreto e como coordenação e não por lei, como secretaria e assim permanecer até hoje evidencia que a política pública voltada para a equidade de gênero no município de Niterói não faz parte do conjunto de políticas prioritárias implementadas pelo executivo municipal.

Podemos apontar que as mulheres do movimento feminista de Niterói iniciaram uma luta e continuam essa luta de diversas formas. Algumas na educação, outras continuam nos

partidos políticos, outras no trabalho, no Conselho Municipal da Mulher, mas continuam, apesar do refluxo que o movimento feminista vive hoje na cidade. Foi esse movimento, reflexo de um movimento mundial, que permitiu o reconhecimento da violência contra a mulher como um problema social e público, o que possibilitou romper com a fronteira do privado.

Tal fronteira continua muito forte no município de Machado – MG, onde resido. Em Machado, a violência contra a mulher ainda é silenciada e não há nenhum órgão que trabalhe neste sentido. Não existe um conselho da mulher, muito menos uma secretaria. Este trabalho servirá de base inicial para que se inicie na cidade um movimento que dê início ao processo de implantação de órgãos e instituições que deem visibilidade à violência contra a mulher e que atenda as mulheres vítimas dessa violência.

Entendemos que se faz necessário um trabalho tanto de conscientização quanto de sensibilização de pessoas ligadas ao poder público para que políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher faça parte da agenda política do município. Pretendemos, portanto, iniciar esse processo tentando formar o conselho da mulher. Conselho este que poderá ser o começo de um movimento organizado de mulheres em Machado demandará a implantação de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Esta pesquisa nos permitiu perceber a importância de se entender o problema da violência contra a mulher como público para que se perceba a necessidade da existência de políticas públicas voltadas para esse fim. Permitiu-nos perceber, também, a importância de movimentos organizados que lutem para que essas políticas sejam implantadas, porque *“sonho que se sonha só é só sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade”*(John Lennon)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. **10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. 3ª edição. Brasília: AGENDE, 2005
- ARRUDA, Aparecida Nátia Pinto de. *Mulheres e Violência: memórias e lutas na cidade de Niterói*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Aprovada em dezembro de 2005
- BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias – Movimento Feminista no Brasil*. Brasil. Brasília DF, 2010.
- BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”: Usos & abusos da história oral (orgs.: FERREIRA, M. de M & AMADO, J.). Rio de Janeiro: FGV, 1996
- BRAZÃO, Analba e OLIVEIRA, Guacira Cesar de. (orgs). *Movimentando o Movimento*. In: *Violência contra as mulheres - Uma história contada em décadas de lutas*. Brasília: CFEMEA. Fund, 2010. (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo; 6)
- BRAZÃO, Analba e OLIVEIRA, Guacira Cesar de. (orgs). *Movimentando o Movimento*. In: *Violência contra as mulheres - Uma história contada em décadas de lutas*. Brasília: CFEMEA. Fund, 2010. (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo; 6)
- CASSAB, L. A. “História Oral: Miúdas Considerações para a Pesquisa em Serviço Social”. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n2_latif.htm
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Ética e Violência*. Portal da Fundação Perseu Abramo - Uma nova cultura política do país. Área: nº 39 - outubro/novembro/dezembro de 1998 em Revista Teoria e Debate. Postado em:31/12/1998
- CORREIA, M. V. C. *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- COSTA, Suely G. Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, v.10, n. 2, p. 301-324, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. "Gêneros, Biografias e História". *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. – NUTEG – v. 3, n.2, p. 7-20, 1o. semestre, 2003.
- COSTA, Suely Gomes. “Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (paris, rio de janeiro: anos 70/80 do século xx). *Revista Internacional, Interdisciplinar INTERthesis*. – v. 6, n.2, jun/dez 2009. UFSC
- CUNHA, Ana Márcia Gomes Mendes da. *Por Que Não Denunciar? Reflexões Acerca Da Violência Contra Mulher: uma experiência na CODIM/NIT*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2010.
- FREITAS, Rita de C. S. *Mães de Acari: preparando a tinta revirando a praça; um estudo sobre mães que lutam*. Tese de Doutorado em |Serviço Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al.* Niterói – Observatório de Violência de Gênero: Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UFF, 2010
- GIDDENS, Anthony. *Transformações na intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- GÓIS, J. B. H. *Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 11, nº 1; Florianópolis; 2003.
- GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres & Militantes*. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5, nº 2; Florianópolis; 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12152/0>
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002.

- HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos; uma história; tradução Rosaura Eichenberg. - São Paulo : Companhia das Letras, 2009.
- KISS, L.B.; SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.* v.11, n.23, p.485-501, set/dez 2007.
- OLIVEIRA, Suely de. Nem homem gosta de bater, nem mulher de apanhar: fortalecendo a rede de proteção. In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005. 260p.
- PERROT, M. *Sair*. In: PERROT, M. e DUBY, G. (orgs) *História das Mulheres no Ocidente.* Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.
- REVEL, J. *Microanálise e construção do social* In: RAVEL, J. (org). *Jogos de Escalas – experiência de microanálise.* 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero e patriarcado: a necessidade da violência.* In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005. 35p.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher.* **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, PUC, n.13, p. 82-91, abr.1999.
- SANTOS, Maria Cristina Ribeiro dos. *O Olhar do Profissional de Saúde do HUAP diante da Violência contra a Mulher – Um Estudo no HUAP.* Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- SANTOS, C. M. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil.** Oficina Centro de Estudos Sociais. n° 301; março de 2008.
- SARTI, Cynthia Andersen. "O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória". *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.
- SPM. *Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Balanço de ações 2006-2007,* Brasília, 2007, p.7.

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado a participar da pesquisa intitulada “**A proteção à mulher vítima de violência em Niterói – a CODIM como objeto de estudo**”, desenvolvida pela Mestranda Letícia Sepini Batista Leite, vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

Sua participação não é obrigatória e ocorrerá através de entrevista gravada. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação comigo, a pesquisadora ou com a universidade que represento.

Comprometo-me a utilizar os dados obtidos na entrevista somente como elemento de análise para a minha Dissertação de Mestrado e em futuros trabalhos acadêmicos.

Declaro que entendi a proposta da pesquisa e aceito participar da mesma. Esclareço também, que:

() Permito () Não permito a referência a meu nome como um dos sujeitos pesquisados.

Niterói, ___/___/_____.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO II – ROTEIROS DE ENTREVISTA

1. NOME:
2. PROFISSÃO:
3. CRIAÇÃO DA CODIM:
4. COMO SE DEU SEU ENVOLVIMENTO COM O MOVIMENTO DE MULHERES E/OU FEMINISTA DE NITERÓI?
5. QUAL SEU VÍNCULO COM ESSE MOVIMENTO ATUALMENTE?
6. CONTE-NOS COMO FOI QUE A CODIM FOI CRIADA. QUAL ERA O CONTEXTO DA ÉPOCA?
7. QUE PERSONAGENS FORAM IMPORTANTES PARA QUE A CODIM FOSSE CRIADA E SE MANTIVESSE ATÉ HOJE?
8. OBSERVAÇÕES.